



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

DÉBORA DE NEZ DE MELO

**UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DOS PROTESTOS DE  
JUNHO DE 2013 NO BRASIL**

---

Londrina  
2022

DÉBORA DE NEZ DE MELO

**UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DOS PROTESTOS DE  
JUNHO DE 2013 NO BRASIL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestra em Análise do Comportamento.  
Área de concentração: Análise do Comportamento.

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo.

Londrina  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Melo, Débora de Nez de.

Uma análise comportamental dos protestos de junho de 2013 no Brasil /  
Débora de Nez de Melo. - Londrina, 2022.  
103 f.

Orientador: Alex Eduardo Gallo.

Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade  
Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de  
Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2022.  
Inclui bibliografia.

1. Protestos - Tese. 2. Junho de 2013 - Tese. 3. Análise do Comportamento -  
Tese. 4. Política - Tese. I. Gallo, Alex Eduardo. II. Universidade Estadual de  
Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise  
do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9

DÉBORA DE NEZ DE MELO

**UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DOS PROTESTOS DE  
JUNHO DE 2013 NO BRASIL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestra em Análise do Comportamento.  
Área de concentração: Análise do Comportamento.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Dr. Alex Eduardo Gallo  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Prof. Dr. Diego Mansano Fernandes Universidade  
Nove de Julho - UNINOVE

Londrina, 21 de junho de 2022.

## AGRADECIMENTOS

Quando os protestos de junho estavam acontecendo, era meu primeiro ano na universidade e, também, o ano em que conheci a análise do comportamento. Há quem diga que tudo começou em 2013, em termos de disputas políticas específicas. Talvez tudo tenha começado mesmo em 2013 para mim: primeiro, o apreço por uma teoria psicológica; depois, por um tema de pesquisa. Uma coisa tenho que confessar, junho de 2013 me emociona! Tem quem acredite que isso seja incompatível com a pesquisa científica, eu já acho que só consegui fazer justamente pelas doses de emoção a cada entrevista, documentário, foto e análise do tema. Relembrar como aquele período da história recente do Brasil me empolgou, também me empolgava a continuar no mestrado tentando entender aquilo tudo.

A decisão pela pesquisa e pelo tema é produto de muitas histórias e, principalmente, muitas pessoas que encontrei pelo caminho. Nos próximos parágrafos, vou relembrar e agradecer algumas delas. Começo por duas pessoas que foram muito importantes para que eu não desistisse, que mesmo não entendendo ou se interessando pelo que eu pesquisava, "só" sabiam me ajudar: minha mãe e meu pai. Quando eu não falava mais do mestrado, meu pai perguntava "o que a gente pode fazer pra te ajudar a terminar?", quando sabia de um prazo prorrogado minha mãe dizia: "quando a gente enfrenta o medo ele vai embora, não adia mais sua apresentação, se não ele não vai sumir". E assim foi, com apoio financeiro e emocional - e um tanto de limitação minha - que terminei. Muito obrigada, Reo e Nide!

Também quero agradecer ao meu orientador. Professor Alex, nós não nos conhecíamos, você aceitou orientar aquele pré-projeto de pesquisa meio torto, meio Débora e confiou em mim. Obrigada pelos três anos de conversas, por lidar com as minhas dúvidas e inseguranças infinitas, pelos estágios em docência, orientações e risadas. Agradeço, também, ao professor Eliel, o marxista mais adorável que eu já conheci, pelas noites de terças-feiras discutindo movimentos sociais e pelos intervalos em que, calmamente, ficava ouvindo minhas dúvidas.

Professor Carlos Eduardo, suas palavras sempre me afetaram de forma significativa, desde as incríveis aulas de epistemologia até as contribuições na qualificação deste trabalho. Que bom que eu entrei na universidade naquele ano e calhou de você ministrar duas disciplinas para a minha turma, era bom demais ter mais carga horária de Carlos na semana. Te ouvir é sempre um prazer! Obrigada. Igualmente prazeroso é ouvir a voz mansa do professor Diego, um provocador das melhores causas! Diego, te admiro de longe (desde os EMACs) e ter suas contribuições neste trabalho foi muito importante para mim. Vai ser difícil ler o Singer e não lembrar de você, hein? Obrigada por ampliar meu olhar com apontamentos sempre tão gentis e provocadores.

Bem, agora começam os parágrafos de agradecimento ao que tem de melhor nessa vida: a tal da amizade. Eu sempre andei muito bem acompanhada e no mestrado ficou ainda melhor quando reencontrei colegas da graduação e conheci outro tanto de gente boa. Raquel e Felipe, obrigada pelas discussões e pelo conforto que é a companhia de vocês. Guilherme, no mestrado você descobriu que eu sou uma péssima pessoa para morar junto e que assisto Roda Viva mais do que deveria, né? Obrigada por aceitar meu jeito pouco assertivo e ser carinhoso na medida certa com quem pouco sabe ser.

Luiza, nós nos comprometemos a fazer essa amizade acontecer no mestrado, já que na graduação não rolou, né? Que alegria conviver de perto com todo o seu exagero, opiniões fortíssimas e carinho. Nesse espaço, que você chama de tatuagem acadêmica, quero deixar registrado meu agradecimento pelas discussões intensas que proporciona, pelo apoio constante e por me deixar fazer parte do restrito mundo de Luiza. Obrigada, lulinha! Sofia, ter uma historiadora para encher de pergunta é bom demais! Obrigada por me ouvir e compartilhar suas perspectivas comigo.

Denise, cearense mais falante e companheira do PGAC! Foi muito bom dividir orientador, angústias com a pesquisa e tantas conversas com você. Difícilmente eu teria

terminado sem sua ajuda. Seus comentários e sugestões foram responsáveis por mudanças significativas no texto, muito obrigada! Uma alegria gigante termos nos encontrado nessa vida. Anna, eu não sei nem descrever o quanto é bom te ouvir e ser ouvida por você. Obrigada por acreditar em mim, pela leitura e revisão atenta do texto, pelo apoio e afeto constante! Junior, você me leva a sério de um jeito que eu começo a acreditar que posso ter falado algo interessante, haha. Obrigada pela atenção, pelo cuidado e carinho que se mantêm mesmo com a distância. Ter te conhecido é outra alegria gigante para mim.

Heitor, meu amigo de centro acadêmico, de *playlist* compartilhada, de salgadinho e cerveja de fim de tarde, rival no futebol... Muito obrigada! Eu fiz o processo seletivo incentivada por você e na esperançosa alegria de voltarmos a dividir o espaço acadêmico. E foi bom demais! Sua lembrança cotidiana de que a vida em grupo e a cooperação é que fazem os dias valerem a pena, muito me ajudavam a diminuir a insegurança em me expor e o pensamento de desistir. Seu companheirismo é valioso: obrigada, amigão!

Lucas Tobias, obrigada por ler partes do meu texto, pelos apontamentos cuidadosos e pela sinceridade de sempre! Ser sua amiga é ter a certeza de que o apoio, os ouvidos e as boas considerações nunca faltarão. Espero poder te ajudar agora na sua vez de mestrando. Afonso Henrique, você era alguém que parecia entender exatamente as angústias que eu estava tendo com a pesquisa só pelo olhar. É bom ter com quem falar do desespero e é ainda melhor quando alguém sabe quando não desesperar o outro. Obrigada por ser sempre tão sensível comigo!

Este modesto trabalho também é a expressão de um coração dividido desde a graduação quando tinha que decidir ir para o grupo de estudos de análise do comportamento ou para o projeto de extensão de psicologia social, acho que aqui tentei unir um pouco do que antes me dividia. Falando no projeto de extensão, muito obrigada às minhas professoras psicanalistas, Eliane e Maria Therezinha, que na graduação me levaram para ser extensionista em uma das escolas rurais do maior movimento social do país. Com vocês, conheci um tanto do MST e

descobri o valor de um diário de campo. Falando em diário, preciso agradecer a um professor que só conheço virtualmente e que muito me ajudou a organizar a grande confusão que pode ser escrever uma dissertação: obrigada, professor Robson! Vai ser estranho não fazer mais as pequenas notas sobre o que quero escrever na pesquisa.

Professora Nádia, que prazer é ser sua aluna! Obrigada pelo incentivo e gentileza de sempre. Professora Camila, obrigada pelo apoio, a disponibilidade para conversar (mesmo em tempos de correria na coordenação) e as discussões tão importantes que proporciona. Agradeço também às minhas queridas do Núcleo Maria da Penha. Professora Kátia, sua paixão pela pesquisa é inspiradora, assim como o compromisso que tem com a extensão universitária. Obrigada por me apoiar e confiar em mim! Izabel e Bianca, vocês foram importantes para que eu conseguisse decidir pelo mestrado, torceram e incentivaram mesmo que isso fosse custar nosso afastamento físico. Muito obrigada pelas discussões de tantas coisas, pela parceria nas atividades do núcleo, pelo riso frouxo e, claro, pelo pagode anos 2000 nas noites frias de Irati, rs.

Quero agradecer à minha turma de mestrado, de modo geral mesmo, para não esquecer de ninguém. Além do exercício de conviver com pessoas que estavam em momentos da vida completamente diferentes, pesquisas bastante distintas e sotaques diversos (que eu amava e tentava reproduzir - sem muito sucesso), com essas pessoas também vivi algo valioso: relações de cooperação. Se antes ouvia dizer que na pós-graduação imperavam relações de competição, com a turma de 2019 do PGAC foi o oposto, o que fez do processo todo prazeroso e menos difícil. Obrigada, colegas!

Por último, agradeço à CAPES pelo apoio financeiro dessa pesquisa.



Eu nada entendo da questão social.  
Eu faço parte dela, simplesmente...  
E sei apenas do meu próprio mal,  
Que não é bem o mal de toda a gente

Mario Quintana  
*A Rua dos Cataventos* (1940)

O Brasil se revolve na conciliação. O enigma  
decifrado brasileiro é que aqui tudo se reforma e  
nada muda

Maurício Tragtenberg  
*A falência da política* (2009)

MELO, D. N. **Uma análise comportamental dos protestos de junho de 2013 no Brasil**. 2022. 101 f. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

## RESUMO

Milhares de pessoas ocuparam as ruas do Brasil, em junho 2013, em contestação a diversas problemáticas sociais. Algumas das pautas dos protestos reivindicavam qualidade nos serviços públicos básicos, denotavam repúdio aos gastos elevados com megaeventos esportivos e às denúncias de corrupção. Os protestos de junho de 2013 tiveram grandes proporções, impactando a dinâmica política brasileira, configurando um interessante objeto de estudo para a Análise do Comportamento. A partir da estrutura da contingência cultural de três termos, é possível estudar os protestos como uma prática cultural inter-relacionada com o ambiente social e físico e as consequências culturais produzidas. As práticas de protesto congregaram diferentes atores sociais, culminando em disputas de grupos integrantes da mobilização social e agências controladoras. Tendo em vista que esta pesquisa teve como objetivo analisar os protestos de junho 2013 a partir de uma perspectiva analítico-comportamental, foram articuladas as literaturas da Sociologia Política e da Análise do Comportamento, a fim de caracterizar o contexto sociopolítico e os atores sociais envolvidos, as relações de controle e contracontrole entre grupos em protesto e agências controladoras e as consequências culturais produzidas. A sistematização do material decorreu em três capítulos organizados a partir da estrutura da contingência cultural de três termos. O primeiro capítulo contempla a identificação de contingências culturais que criaram condições para a emergência de práticas culturais de protesto antecedentes as de junho de 2013. Entre os protestos assemelhados aos de 2013, estão os movimentos antiglobalização (1999) com elementos como a descentralização e ausência de lideranças formais e a presença de grupos *Black Blocs*. Os protestos das Diretas Já (1984) e Caras Pintadas/Fora Collor (1992) têm os símbolos nacionais (hino, bandeira e heróis) e a defesa pela ética na política (anticorrupção) como semelhança que reverberou em 2013. De modo geral, os protestos se caracterizam pela concentração de pessoas em espaços públicos, bloqueio de vias, uso de cartazes indicando a demanda e/ou denúncia do grupo, palavras de ordem entoadas e bandeiras hasteadas que identificam os grupos e/ou a posição político-ideológica. O segundo capítulo apresenta as contingências sociopolíticas as quais emergiram os protestos de junho de 2013, as frações socialista, autonomista e patriota que compuseram as mobilizações e as práticas de controle das agências controladoras governamental, econômica, midiática e policial nos protestos. A agência policial fez uso de controle coercitivo para dispersar os protestos, a agência midiática descrevia os integrantes a partir de valores morais reprovados socialmente, legitimando práticas repressivas da polícia e, nesse cenário, perspectivas político-ideológicas distintas intragrupos produziu conflitos entre integrantes. O terceiro capítulo contempla as consequências de longo prazo produzidas após os protestos de junho ocorrerem. Foram identificadas modificações institucionais relativas às demandas dos grupos, como a redução da tarifa de ônibus, e consequências legislativas elaboradas a partir de práticas de controle da agência governamental para restringir protestos. Conclui-se que as práticas de protesto de 2013 apresentaram variações que desafiaram o modo como as agências controladoras operavam negociações com integrantes de protestos nas últimas décadas e o ambiente social suprimiu o contracontrole de grupos que iam na contramão dos valores democráticos difundidos pelas agências, como o pacifismo, a lei e a ordem.

**Palavras-chave:** protestos; junho de 2013; análise do comportamento; política.

MELO, D. N. A behavioral analysis of the protests of June 2013 in Brazil. 2022. 101 p. Dissertation (Master's in Behavior Analysis) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

## ABSTRACT

Thousands of people occupied the streets of Brazil in June 2013, to contest various social problems. Some of the protest guidelines claimed quality in basic public services, denoted repudiation to high spending on sports mega-events and the denouces of corruption. The protests of June 2013 had great proportions, impacting the Brazilian political dynamics, configuring an interesting object of study for Behavior Analysis. From the structure of the three-term cultural contingency, it is possible to study protests as a cultural practice interrelated with the social and physical environment and the cultural consequences produced. The protest practices congregated different social actors, culminating in disputes between social mobilization groups and controlling agencies. Considering that this research aimed to analyze the protests of June 2013 from an analytical-behavioral perspective, the literatures of political sociology and Behavior Analysis were articulated in order to characterize the sociopolitical context and the social actors involved, the relations of control and counter-control between protesting groups and controlling agencies and the cultural consequences produced. The systematization of the material took place in three chapters organized from the structure of the cultural contingency of three terms. The first chapter contemplates the identification of cultural contingencies that created conditions for the emergence of cultural practices of protest that preceded those of June 2013. Among the protests similar to those of 2013 are the anti-globalization movements (1999) with elements such as decentralization and absence of formal leaderships and the presence of Black Bloc groups. The protests of Diretas Já (1984) and Caras Pintadas/Fora Collor (1992) have national symbols (anthem, flag and heroes) and the defense of ethics in politics (anti-corruption) as a similarity that reverberated in 2013. In general, protests are characterized by the concentration of people in public spaces, blocking of roads, use of posters indicating the group's demand and/or complaint, chanted slogans, and raised flags that identify the groups and/or the political-ideological position. The second chapter presents the sociopolitical contingencies from which the protests of June 2013 emerged, the socialist, autonomist, and patriotic fractions that made up the mobilizations, and the control practices of the governmental, economic, media, and police controlling agencies in the protests. The police agency used coercive control to disperse the protests, the media agency described the members based on socially disapproved moral values, legitimating repressive police practices and, in this scenario, different political-ideological perspectives within groups produced conflicts among members. The third chapter contemplates the long-term consequences produced after the June protests took place. Institutional modifications related to the groups' demands were identified, such as the reduction of the bus fare, and legislative consequences elaborated from government agency control practices to restrict protests. It is concluded that the protest practices of 2013 presented variations that challenged the way control agencies operated negotiations with protest members in recent decades and the social environment suppressed the counter-control of groups that went against the democratic values spread by the agencies such as pacifism, law and order.

**Key words:** protests; June 2013; behavior analysis; policy.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 -</b>	Lista de artigos selecionados para a caracterização dos protestos de junho de 2013.....	28
<b>Tabela 2 -</b>	Lista de textos analítico-comportamentais.....	29
<b>Tabela 3 -</b>	Exemplo do modelo do protocolo de registro do material.....	30
<b>Tabela 4 -</b>	Contracontrole em práticas de protesto.....	74
<b>Tabela 5 -</b>	Controle das agências policial e midiática em práticas de protesto.....	74
<b>Tabela 6 -</b>	Consequências institucionais .....	80

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>OBJETIVOS</b> .....	25
GERAL .....	25
ESPECÍFICOS .....	25
<b>MÉTODO</b> .....	26
NATUREZA DA PESQUISA .....	26
SELEÇÃO DO MATERIAL .....	27
LITERATURA DA SOCIOLOGIA POLÍTICA .....	27
LITERATURA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL .....	29
SYSTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DO MATERIAL .....	30
<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	32
<b>CAPÍTULO 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS: PRÁTICAS CULTURAIS ANTECEDENTES</b> .....	32
<b>1 COMPORTAMENTO E SISTEMAS SOCIAIS COMPLEXOS</b> .....	32
1.1 CONTROLE, CONTRACONTROLE E POLÍTICA .....	38
<b>2 MOVIMENTOS SOCIAIS: RELAÇÕES ENTRE CONTROLADOS E CONTROLADORES</b> .....	38
2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	41
2.2 CONTINGÊNCIAS CULTURAIS: NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO .....	46
2.3 MOVIMENTOS ANTIGLOBALIZAÇÃO .....	52
2.4 PRIMAVERA ÁRABE, OCCUPY WALL STREET E INDIGNADOS .....	54
2.5 DIRETAS JÁ E CARAS PINTADAS/FORA COLLOR .....	55
<b>CAPÍTULO 2 - JUNHO DE 2013: CONTINGÊNCIAS CULTURAIS, CONTRACONTROLES E AGÊNCIAS CONTROLADORAS</b> .....	58
<b>1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA: ANTECEDENTES</b> .....	58
<b>2 CARACTERIZANDO ATORES SOCIAIS DOS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013</b> .....	67
2.1 FRAÇÃO SOCIALISTA: VELHA CONHECIDA DAS RUAS .....	70
2.2 FRAÇÃO AUTONOMISTA: NOVIDADE DE 2013 .....	71
2.3 FRAÇÃO PATRIOTA: PASSADO VERDE-AMARELO .....	72
<b>3 PRÁTICAS DE PROTESTO E AGÊNCIAS CONTROLADORAS</b> .....	73
<b>CAPÍTULO 3 - CONSEQUÊNCIAS CULTURAIS E DEMOCRACIA</b> .....	79
<b>1 CONSEQUÊNCIAS E EFEITOS PÓS-JUNHO DE 2013</b> .....	79
1.1 CRIMINALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE PROTESTO .....	81

<b>2</b>	<b>OS LIMITES DEMOCRÁTICOS.....</b>	<b>82</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>89</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>95</b>
	<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>95</b>
	<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>99</b>

## Introdução

Em junho de 2013, ocorreu um ciclo de protestos em centenas de cidades brasileiras, de capitais a municípios do interior do país, reunindo uma considerável diversidade de atores sociais, diversidade essa que ficou evidenciada nas pautas apresentadas nos protestos. Questões como gastos estatais exorbitantes com megaeventos esportivos<sup>1</sup>, casos de corrupção e qualidade de serviços públicos básicos, entre eles saúde, educação e transporte coletivo, estiveram entre as denúncias e reivindicações. Além disso, no decorrer dos protestos, foi expresso um forte repúdio às organizações partidárias, à gestão do governo federal da época e à política de modo geral (Nobre, 2013a; Alonso & Mische, 2017). À primeira vista, junho soou enigmático dada a proporção que tomou, em tão curto espaço de tempo, somado ao caráter difuso que assumiu. Por outro lado, a mobilização de um contingente tão expressivo de pessoas protestando nas ruas criou condições para que expectativas de mudanças no cenário político nacional emergissem (Rolnik, 2013).

Uma expressão frequentemente usada em relatos e análises sobre os protestos que ocorreram em junho de 2013 é “não foi um raio em céu azul” (Nobre, 2013b; Peres, 2014; Donadon, 2016), que sinaliza não se tratar de algo que aconteceu de repente a partir de um simples espontaneísmo de massas. Indica, além disso, que a explicação de sucessivos protestos de rua, com participação de milhares de pessoas, requer um olhar atento para processos históricos de reivindicação que podem ter contribuído para a produção de tamanha mobilização social.

Muitas análises foram produzidas sobre a contestação popular vista em 2013, contemplando discussões sobre aspectos distintos e, parte dessa heterogeneidade, se apresenta nos diferentes termos usados para nomear o fenômeno, entre eles:

---

<sup>1</sup> Copa das Confederações (2013) e Copa do Mundo (2014) ambos os eventos sediados no Brasil.

manifestação<sup>2</sup>, jornada, protesto, revolta, rebelião (Gohn, 2016). Longe de ser uma simples questão de escolha entre termos sinônimos para tratar de um mesmo objeto de análise, as várias nomeações acompanham, também, diferentes perspectivas que, em alguns aspectos, guardam semelhanças, complementaridade e, também, oposição.

Dentre as nomeações variadas que os protestos receberam, *Jornadas de Junho* foi uma delas. O termo "jornadas" foi particularmente recusado por Singer (2013, 2018), uma vez que rememora o "18 brumário de Luís Bonaparte"<sup>3</sup> de Marx (1851-1852) e, portanto, a insurreição ocorrida no período. O cientista político considera incomparável o terremoto provocado no junho francês de 1848 ao tremor do junho brasileiro de 2013 e essa não equivalência entre os acontecimentos tem como medida comparativa o aspecto disruptivo. Nesse sentido, Singer (2013) não entende que os protestos de junho tenham questionado elementos fundamentais da ordem, nas suas palavras: "as relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa" (p. 24)<sup>4</sup>.

O debate sobre junho ter elementos revolucionários, reformistas ou reacionários varia nas análises de acordo com o recorte temporal, os repertórios apresentados por frações dos grupos em protesto e os efeitos produzidos. Há, por exemplo, o endosso de que junho de 2013 paralisou as "máquinas da política" questionando o consenso da ordem vigente (Moraes et al., 2014). Há, também, a perspectiva de que os protestos não só questionaram a ordem como romperam com o lulismo<sup>5</sup> e marcam uma nova fase do

---

<sup>2</sup> Termo mais veiculado na mídia para nomear os protestos, segundo Gohn (2016).

<sup>3</sup> Livro de análise histórico-sociológica dos processos revolucionários do Estado francês entre 1848 e 1851 (Lara, 2009).

<sup>4</sup> Uma versão revisada do artigo foi publicada em 2018 no livro "O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)" de André Singer que mantém a posição: "é verdade que junho de 2013 chegou a ser um tremor, mas não chegou a ser um terremoto e, sobretudo, não foi um levante contra a ordem capitalista" (p. 102).

<sup>5</sup> Lulismo é o termo que André Singer usa para tratar de uma "invenção política" surgida a partir do mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) pautada na mudança do Brasil a partir de medidas



processo de redemocratização brasileiro (Nobre, 2013b). As análises podem, ainda, estar circunscritas ao mês de junho ou extrapolá-lo, abrangendo seus efeitos de longo prazo vistos em protestos posteriores, como os de 2015 e 2016, favoráveis e contrários ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (Tatagiba & Galvão, 2019).

Um dos elementos que também contribui para a heterogeneidade das reflexões sobre junho de 2013 foi seu espraiamento por diferentes cidades do país cujas demandas concretas imediatas e os processos de formação política nos territórios são bastante distintos. Essas diferenças possibilitaram que a difusão dos protestos ocorresse via identificação de reivindicações amplas, com mobilizações expandidas por meio de redes sociais digitais - como *Facebook* e *Twitter*. Tais aspectos inserem novas variáveis nas teorizações sobre mobilizações populares e implicam que as análises sobre junho assumam novos contornos de modo que não se limitem às explicações dos últimos protestos igualmente expressivos do país: Diretas Já, de 1984, e Caras Pintadas, de 1992 (Nobre, 2013a).

A discussão até então apresentada se insere no campo de estudo dos *movimentos sociais*, termo que nomeia um amplo conjunto de fenômenos sociais e admite perspectivas<sup>6</sup> diversas sobre sua compreensão. Gohn (1997/2007) conceitua os movimentos sociais como “ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (p. 251). Nessa acepção, são delineadas algumas características interessantes para a compreensão dos movimentos: a) o caráter coletivo das ações, o que

---

que favoreceram a melhora de vida das camadas populares mais pobres sem implicar em uma radicalização política. Alguns aspectos do lulismo são discutidos no capítulo 2 deste trabalho.

<sup>6</sup> Ver algumas discussões em “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate” (Alonso, 2009) e “A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina” (Gohn, 2014a).

quer dizer que um único indivíduo agindo - independentemente de seu objetivo - não caracteriza um movimento social, b) a heterogeneidade de pessoas integrantes e c) as circunstâncias socioeconômicas e políticas que confluem com a emergência das ações.

Gohn (1997/2007) também especifica que a estrutura das ações coletivas se dá “a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir dos interesses em comum” (p. 251). A coletividade das ações, a heterogeneidade de integrantes e o contexto socio-político-cultural parecem estabelecer condições para que os repertórios emerjam e a força do movimento, segundo a autora, depende “do conflito social em que estão no cenário da luta social mais geral” (p. 251), noção que não trata os movimentos sociais apartados da política.

A política é um campo promotor de debates quanto à viabilidade do seu estudo pela Análise do Comportamento e outras ciências. Sob a ótica de algumas proposições comportamentalistas que coadunam com preceitos da ciência moderna, a política é entendida como uma área contaminada por valores, sendo, portanto, controverso estudá-la cientificamente. Nessa perspectiva, a política estaria em oposição aos princípios científicos modernos que, supostamente, se circunscrevem ao exame dos fatos (Laurenti, 2014; Lopes, 2014).

A discussão sobre fatos e valores, na oposição criada entre as ciências naturais (ou “ciências duras”) e as ciências humanas, trata de um falso dilema, que põe em disputa objetividade e subjetividade. Essa noção supõe que determinadas áreas – as ciências naturais – investigam fatos puros, a partir de métodos objetivos e da neutralidade, e têm, portanto, legitimidade e confiabilidade em seus resultados. Por outro lado, as ciências

humanas seriam produtoras de ciência<sup>7</sup> com viés político-ideológico, calcadas em critérios subjetivos, interpretativos e relativistas. O cerne do problema desse tipo de visão está em ignorar que toda a produção científica é perpassada por práticas sociais e políticas e que, direta ou indiretamente, o fazer científico responde às demandas sociopolíticas dos contextos históricos que compõem (Saffioti, 2004; Harding, 2019).

Tais noções impactam também a proposta de psicologia científica da Análise do Comportamento, ainda mais tendo a área certo endosso de seu principal representante, B. F. Skinner (1904-1990), alocando a ciência comportamental no campo das ciências naturais em diferentes momentos de sua produção<sup>8</sup> (Azoubel, 2019). Isso não quer dizer, porém, que o debate esteja encerrado e que haja concordância com as críticas acima descritas às ciências humanas e/ou sociais. Na análise de trechos em que Skinner caracterizou a Análise do Comportamento como uma ciência natural, Azoubel (2019) aponta que a concepção do autor “não se baseia numa fronteira entre eventos da natureza e eventos sociais, mas numa visão de que os fenômenos sociais também são naturais, compostos da mesma natureza física” (p. 239).

A posição controversa de Skinner a respeito das Ciências Sociais trata da oposição ao uso de métodos necessariamente diferentes de outras ciências para a produção de uma ciência social, opondo-se, também, às perspectivas mentalistas<sup>9</sup> e/ou teleológicas<sup>10</sup> dos fenômenos sociais (Azoubel, 2019). Questões teórico-metodológicas são pontos críticos não só em relação a outras áreas do conhecimento, mas, também, compõem debates na

---

<sup>7</sup> O próprio status de ciência é questionado e sua importância diminuída. Saffioti (2004) destaca o termo *perfumaria* usado, pejorativamente, para caracterizar o rebaixamento dado às investigações das ciências humanas e sociais.

<sup>8</sup> Foram analisados trechos dos seguintes livros que tinham o termo *natural science: Science and Human Behavior* (Skinner, 1953/2005), *Cumulative Record* (Skinner, 1959/1999), *Verbal Behavior* (Skinner, 1957), *Contingencies of Reinforcement* (Skinner, 1969) e *About Behaviorism* (Skinner, 1974).

<sup>9</sup> “Atribuição de causalidade de um evento físico a um evento interno ou um constructo não observável que possui natureza não-física” (Azoubel, 2019, p. 238).

<sup>10</sup> “Atribuição de causalidade de eventos presentes a eventos futuros” (Azoubel, 2019, p. 238).

comunidade analítico-comportamental em estudos de fenômenos sociais. Na subárea denominada Análise Comportamental da Cultura, Gusso (2020) identifica três movimentos presentes na produção: (1) estudos de processos sociais simples testados em análogos experimentais (em contexto de laboratório), (2) estudos aplicados em delineamentos quase-experimentais – sendo os dois primeiros movimentos com predominância do conceito de metacontingência – e (3) estudos que investigam contribuições de áreas das Ciências Sociais (e.g. Antropologia e Sociologia), estabelecendo interlocuções com conceitos e princípios comportamentais.

A Análise Comportamental da Cultura concentra seus estudos no que é chamado de terceiro nível do processo evolutivo do comportamento, que diz respeito ao modelo de seleção pelas consequências (Skinner, 1981), ou seja, à compreensão do comportamento como produto de três níveis<sup>11</sup> de seleção e variação: (i) filogênese, (ii) ontogênese e a (iii) cultura. As discussões no campo dos estudos culturais versam, entre outras questões, sobre a viabilidade e a validade da unidade de análise usada para entender o comportamento no nível cultural, sendo alvos os conceitos de contingência e metacontingência (Andery, Micheletto & Sério, 2005; Gusso & Kubo, 2007; Carrara & Zilio, 2015), que implicam em desenhos metodológicos, resultados e discussões distintas.

O conceito skinneriano de contingência<sup>12</sup> especifica três termos para a compreensão do comportamento – ou da interação entre organismo e ambiente. São eles: (1) a ocasião em que a resposta ocorre, (2) a própria resposta, e (3) as consequências produzidas, sendo a inter-relação entre os três elementos o que compõe uma contingência

---

<sup>11</sup> A ideia de “nível” não se trata de uma hierarquia que designa o grau de importância das histórias filogenética, ontogenética e cultural, mas tipifica como essas instâncias produzem efeitos específicos no processo evolutivo do comportamento. Ainda que tenham especificidades e que os três níveis de variação e a seleção sejam distintos, é importante destacar que eles não atuam de modo separado (Carrara, 2020).

<sup>12</sup> Souza (2000) descreve algumas modificações que o conceito sofreu a partir do desenvolvimento de pesquisas da comunidade analítico-comportamental, aponta que a noção de contingência “passou da descrição de justaposição temporal ou espacial, para a de relações de dependência entre eventos ambientais e comportamentais” (p. 126).

de reforço (Skinner, 1953/2005). Como unidade de análise do comportamento, a contingência de três termos é caracterizada como ferramenta conceitual suficiente para analisar fenômenos sociais, a despeito da complexidade de entrelaçamentos comportamentais que estejam sob investigação. Em outras palavras, a partir da contingência, é possível descrever e analisar relações funcionais de comportamentos individuais ou em situação grupal, e Skinner (1953/2005) sugere que não lançar mão de novos conceitos para isso parece um interessante teste para a adequação da análise de fenômenos sociais a partir da contingência de três termos.

A metacontingência, proposta por Sigrid Glenn (1986) a partir de uma análise de *Walden Two* (Skinner, 1948), consiste nas relações de contingência entre classes de operantes que produzem consequências particulares e uma consequência cultural comum. Estabelecendo comparação com a noção de contingência, a metacontingência, como unidade de análise, descreve relações entre *classe de operantes*, ao invés de *classe de respostas*, o que quer dizer que o arranjo social é condição necessária para se caracterizar uma metacontingência<sup>13</sup>. As consequências comuns, posteriormente denominadas de produto agregado (Sampaio & Andery, 2010)<sup>14</sup>, produzidas pelos operantes com efeitos de longo prazo, também constituem um elemento necessário, e distintivo da contingência, uma vez que a metacontingência trataria, então, da seleção pelas consequências de práticas culturais e não do comportamento operante individual.

Ainda que contingência e metacontingência possam parecer complementares para os estudos culturais, uma vez que contingências comportamentais estão presentes na

---

<sup>13</sup> Desde a proposição em 1986, o conceito passou por refinamentos e adições, ver discussões conceituais em *Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis* (Glenn, Mallot, Andery, Benvenuti, Houmanfar, Sandaker et al., 2016) e *Distinguishing units of analysis, procedures, and processes in cultural selection: notes on metacontingency terminology* (Baia e Sampaio, 2019).

<sup>14</sup> “Produtos agregados, tal como consequências comportamentais, são eventos subsequentes às respostas e por elas produzidos. Eles sempre são, no entanto, um resultado gerado pelas respostas de mais de uma pessoa” (p. 186).

metacontingência, isso não atesta um caráter indispensável à última e coloca a questão da necessidade de se criar novos conceitos a cada nova complexidade que um fenômeno social apresentar. Carrara (2015, 2016) aponta que isso vai na contramão da noção de parcimônia científica – cuja proposta skinneriana se alinha, somado à consideração de que não haveria nada de extraordinariamente novo nas práticas culturais que a contingência de três termos não fosse capaz de explicar. O autor ainda pontua que

olhar para relações específicas de unidades relacionais mínimas (por exemplo, uma resposta e sua consequência mantenedora) não implica, necessariamente, abandonar a absoluta e pertinente necessidade de ter como objetivo último e finalmente analisar milhões de respostas no âmbito de suas classes ou no cenário de redes de relações (Carrara, 2015, p. 167).

Somando às discussões sobre as unidades de análise que descrevem fenômenos sociais em estudos analítico-comportamentais, há a contribuição de Fontana e Laurenti (2020), a partir da noção de *contingência cultural de três termos* como uma possibilidade de análise da “inter-relação probabilística entre práticas culturais, condições do ambiente físico e social e consequências culturais” (p. 314-315). Residem, nessa proposta, dois aspectos relevantes: contempla (i) uma dimensão coletiva do comportamento e (ii) uma temporalidade estendida, que não fica circunscrita ao tempo de vida dos indivíduos, ou seja, ao comportamento operante. Trata-se de uma alternativa que evita a restrição de fenômenos culturais aos fenômenos comportamentais (nível ontogenético), ainda que tenham o comportamento operante e uma relação de dependência como elemento comum, preservando particularidades e complexidades distintas no fazer analítico a nível cultural.

Os protestos de junho de 2013 são objeto de análise deste trabalho, que se insere no campo de investigação analítico-comportamental das práticas culturais ou dos “padrões comportamentais de indivíduos ou de pessoas se comportando em grupo”

(Fernandes et al., 2017, p. 277). As práticas culturais de protesto vistas em junho foram assemelhadas às práticas ocorridas em períodos diferentes da história do Brasil (Nobre, 2013b) e também de outros países (Gohn, 2016), o que ressalta a temporalidade como elemento importante a ser compreendido nas práticas habituais de um grupo (Fontana & Laurenti, 2020).

Na Análise do Comportamento, o conceito de comportamento social tem relativa proximidade com a noção de movimentos sociais como ação coletiva, já que é entendido, na área, como uma ação cuja mediação ou participação de outras pessoas é ambiente importante para a ação analisada (Sampaio & Andery, 2010). No entanto, as diferentes condições sob as quais o comportamento social pode ocorrer não incluem, necessariamente, a identificação de assimetria e hierarquização nas relações baseadas na dominação, exploração e opressão de alguns grupos sobre outros. Tal elemento é de fundamental relevância para a análise de práticas culturais de protesto, visto que “há relações de poder entre grupos em uma dada cultura, e que práticas culturais podem permanecer porque favorecem a manutenção de certas relações de poder” (Fontana & Laurenti, 2020, p. 312).

Nesse sentido, o conceito de agências controladoras (Skinner, 1953/2005) pode contribuir para o entendimento da relação entre os indivíduos em ações coletivas e o controle ético-político exercido pelas agências que têm o domínio das variáveis controladoras das contingências sociais. Assim, as agências controladoras religiosa, educacional, midiática, econômica e governamental exercem seu controle reforçando ou punindo comportamentos a depender dos valores éticos que estabelecem e mantêm ao longo das gerações, o que implica diretamente na manutenção, extinção ou ainda modificação de práticas culturais (Souza, 2018).

No caso de práticas de protesto, é oportuno não perder de vista o papel que a agência governamental (organizada a partir do Estado) exerce e a relação que estabelece com os grupos controlados. Em junho de 2013, algumas das questões que envolveram a relação entre os protestos e a agência controladora governamental, apontadas pelo Artigo 19 (2018), foram o uso extensivo do aparato policial culminando em repressão, a violência e as prisões arbitrárias. Somando forças, a agência controladora midiática atuou com ampla cobertura e debate sobre a legitimidade dos protestos. Tais aspectos evidenciam a importância do contracontrole como um instrumento possível dos controlados para promover transformações sociais a partir de práticas de enfrentamento ou resistência ao controle instituído (Holland, 1974/2016).

O contracontrole, entendido como respostas que têm como função a prevenção, abrandamento ou eliminação de consequências aversivas ou exploratórias (Sá, 1986), majoritariamente produzidas nas relações com as agências controladoras, tem o estímulo aversivo como elemento comum do confronto político entre controlados e controladores. Tal relação se dá, entre outras coisas, no antagonismo de valores ético-políticos, evidenciados a partir da noção de que os movimentos sociais "possuem identidade, têmpositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade" (Gohn, 2011, p. 336), que, aparentemente, são, parcial ou diametralmente, opostos aos das agências controladoras.

A fim de examinar contingências sociopolíticas cuja duração no tempo é mais extensa que circunstâncias temporalmente próximas e diretamente relacionadas com a eclosão dos protestos, este trabalho parte da proposta de contingência cultural de três termos (Fontana & Laurenti, 2020) para tratar do fenômeno político concreto que foi junho de 2013. Somado a isso, estabelece interlocução com a Sociologia Política, área que busca "tanto privilegiar o comportamento político dos atores envolvidos, como



centrar atenção no papel dos movimentos sociais em uma dada conjuntura” (Reis, 2015, p. 21-22), possibilitando caracterizar aspectos sociológicos e históricos dos protestos.

O itinerário percorrido contempla: a (i) identificação de contingências sociopolíticas antecedentes aos protestos, (ii) identificação de atores sociais integrantes e os repertórios comportamentais presentes em determinadas contingências culturais, (iii) as possíveis relações de dependência entre o que ocorre no cenário sociopolítico geral e a retroação no comportamento dos atores e (iv) como os comportamentos dos atores podem aumentar ou diminuir a probabilidade de produzir consequências que modificam o rumo dos protestos ou da cultura em sentido mais amplo.

Esta pesquisa traz a política às discussões da Análise do Comportamento, articulando conceitos que, tradicionalmente, descrevem interações sociais complexas com as disputas entre atores sociais em contexto de protesto a partir de interesses de classes sociais, econômicos e políticos envolvidos. Tal empreitada se coloca também no desafio de analisar o fenômeno político a partir da contingência cultural de três termos que, em certa medida, preserva a lógica explicativa do sistema skinneriano e também avança nas propostas de estudos culturais no campo analítico-comportamental.

Os protestos de junho de 2013 parecem tratar de um fenômeno da história recente que ainda suscita questionamentos e reverbera na organização social brasileira, frequentemente veiculado como um período que não acabou<sup>15</sup>. A investigação desse fenômeno exige incluir efetivamente o social, o político e o econômico nos estudos das relações comportamentais (Carrara, 1988/2005) podendo, assim, contribuir para o campo

---

<sup>15</sup> “13 de junho, o dia que não terminou” (Carta Capital, 2013), disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/13-de-junho-o-dia-que-nao-terminou-6634/>; “O que aconteceu em junho de 2013 no Brasil ainda não acabou” (El País, 2015) disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/politica/1434152520\\_547352.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/politica/1434152520_547352.html); “Junho de 2013 é um mês que não terminou”, diz socióloga” (BBC News Brasil, 2018) disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>.

de pesquisa analítico-comportamental de fenômenos sociais complexos a partir do estudo de práticas culturais de protesto.

## **Objetivos**

### **Geral**

Analisar os protestos de junho 2013 no Brasil a partir de uma perspectiva analítico-comportamental.

### **Específicos**

- Identificar contingências e práticas culturais antecedentes a junho de 2013.
- Caracterizar contingências sociopolíticas vigentes nos protestos de junho de 2013.
- Caracterizar as práticas culturais de protesto.
- Identificar relações entre os atores sociais dos protestos e as agências controladoras atuantes.
- Identificar consequências imediatas e de longo prazo produzidas a partir dos protestos.

## **Método**

A descrição desta seção, muitas vezes, remete a um processo linear de decisões metodológicas que orientaram o curso da pesquisa demandando pouco ou nenhum ajuste. É oportuno dizer que não foi o que ocorreu. Para contemplar os objetivos e, antes mesmo, para defini-los, houve muitas idas e vindas na literatura das Ciências Sociais, em produções audiovisuais e relatos da mídia sobre o que ocorreu em junho de 2013 para que fossem delineadas as fontes bibliográficas que fariam parte da investigação. Igualmente se deu com a literatura comportamental que, a despeito de ter conceitos como contracontrole e agências controladoras presentes desde as mais preliminares tentativas de compreensão dos protestos, foi preciso decidir, entre as várias perspectivas de análise da área, o escopo a ser contemplado diante de comportamentos sociais complexos. Dito isso, os próximos tópicos descrevem uma fração do movimento constante que ocorre no pesquisar.

## **Natureza da pesquisa**

Para contemplar os objetivos desse trabalho, foi realizada uma investigação de natureza teórica que possibilita o escrutínio e a exposição de limites, críticas e avanços de teorias psicológicas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da área em questão (Laurenti, Lopes & Araujo, 2016). A pesquisa teórica converge com o que Andery (2010) denomina “pesquisa de base documental”, ao descrever métodos de investigação em *Análise do Comportamento*. A autora pontua:

pesquisa de base documental (ou conceitual, histórica, reflexiva) envolve a produção de dados que são produtos de comportamento verbal acumulado (na comunidade científica ou extra-científica) (...) os dados que a suportam são os

próprios resultados e o desenvolvimento científico de uma área, um tema, um conceito, um período etc. (p. 320).

Alinhando, assim, as duas noções apresentadas, este trabalho tem como objeto o estudo de caso de um fenômeno social concreto que demanda a investigação na produção bibliográfica de duas áreas do conhecimento: a Análise do Comportamento e um campo das Ciências Sociais, a Sociologia Política.

As Ciências Sociais, especialmente a brasileira, trata-se de uma área de extenso interesse e desenvolvimento de pesquisas sobre *movimentos sociais* desde os anos 1960. Segundo a revisão bibliográfica de Szwako, Dowbor & Araujo (2020), a produção acadêmica da área foi significativamente impactada pelos protestos de junho de 2013 que provocaram a elevação da média de publicação de artigos sobre *movimentos sociais* de 26 por ano (entre 2006 e 2013) para 40 artigos só no ano de 2014. Os pontos descritos reiteram a relevância do diálogo entre a Análise do Comportamento e a Sociologia Política, uma vez que a segunda área é produtora de diferentes métodos e análises sobre o objeto de estudo investigado e pode contribuir com a avaliação crítica das propostas da Análise do Comportamento no estudo de fenômenos sociais, favorecendo a ampliação de debates e aprimoramentos na área.

### **Seleção do material**

#### **Literatura da Sociologia Política**

Em um primeiro momento, o livro *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo* (Gohn, 2014b), indicação de especialista da área, contribuiu para a escolha dos termos de busca dos textos. Foram usadas as palavras “jornadas de junho” e “junho de 2013”, combinadas com os termos “revolta” e “protesto”

no Periódicos Capes<sup>16</sup>. Com base em leituras prévias do tema e nos objetivos específicos, os textos selecionados deveriam contemplar os seguintes critérios: a) caracterização dos protestos de junho de 2013; b) discussão sobre as frações intragrupo em protesto; c) discussão sobre a atuação das agências controladoras.

Foram excluídos materiais que apresentavam junho de 2013 de forma marginal na discussão ou como citação com fins de exemplo. A leitura prévia do material indicou a relevância da inclusão de textos auxiliares que discutissem os movimentos antiglobalização, uma vez que são frequentemente mencionados como revoltas que antecederam a experiência brasileira e que apresentam aspectos organizativos semelhantes entre os grupos. Isso acarretou a inserção de materiais auxiliares que não contemplavam os itens a), b) e/ou c), todavia, as adições se fizeram relevantes para contemplar a apresentação do panorama das chamadas revoltas globais e a possível relação de influência com os protestos de junho de 2013.

Abaixo estão listados os textos que contemplaram os critérios a), b) e c) descritos.

**Tabela 1**

Lista de artigos selecionados para a caracterização dos protestos de junho de 2013

Nº	Título
1	Vianna, A. M. (2013). As multidões de junho de 2013 no Brasil - o desafio de explicar e compreender
2	Tatagiba, L. (2014). 1984, 1992 e 2013 - sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil
3	Scherer-Warren, I. (2014b). Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política
4	Holanda, F. U. X. (2016). A revolta dos insubmissos no jogo das manifestações de rua no Brasil
5	Gondim, L. (2016). Movimentos sociais contemporâneos no Brasil - a face invisível das Jornadas de Junho de 2013
6	Alonso, A. (2017). A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer
7	Polese, P. (2017). As lutas autônomas frente ao modelo democrático-popular de contrarrevolução permanente

<sup>16</sup> Maior biblioteca digital do mundo (Azoubel, 2020).

8	Mendonça, R. F. (2018) Dimensões democráticas nas jornadas de junho - reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013
9	Fernandes, G. E. & Câmara, G. G. (2018) Policiamento a eventos de protesto no Brasil: repertórios e modelos policiais no ciclo de protestos de Junho de 2013 na cidade de Porto Alegre
10	Perez, O. C. (2019). Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho

### Literatura analítico-comportamental

Em um segundo momento da pesquisa, com base nos procedimentos iniciais, que possibilitaram uma caracterização de junho de 2013, aspectos comportamentais interessantes para a análise foram identificados. As características contextuais dos protestos foram analisadas, então, a partir de interpretações sobre i) o comportamento dos indivíduos em práticas culturais; ii) relações entre controle e contracontrole e iii) o papel das agências controladoras. Para tanto, foram selecionadas publicações de B. F. Skinner<sup>17</sup> que contemplavam as discussões mencionadas a fim de orientar a análise.

#### Tabela 2

Lista de textos analítico-comportamentais

<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<i>Science and human behavior</i> (Skinner, B. F.) Capítulos: Personal Control; Group Control; Government and Law; Economic Control; The problem of control.	1953
<i>About behaviorism</i> (Skinner, B. F.) Capítulo: The question of control.	1974
<i>Reflections on behavior and society</i> (Skinner, B. F.) Textos: Human behavior and democracy.	1978
<i>Upon further reflection</i> (Skinner, B. F.) Textos: Why we are not acting to save the world; What is wrong with daily life in the western world?;	1987

<sup>17</sup> Feitas a partir da catalogação feita por Andery, Micheletto & Sérgio (2004) e também orientadas pela seleção de textos feita na dissertação de Souza (2018) que produziu um estudo conceitual sobre o papel das agências controladoras e a sobrevivência das culturas a partir de escritos skinnerianos.

Foram adicionados, como literatura auxiliar, textos analítico-comportamentais que discutiam o contracontrole social e a agência controladora mídia.

### **Sistematização e análise do material**

Foi feito *download* dos materiais selecionados, organizados em pastas e realizada a leitura integral. Os textos seguiram o protocolo de registro da tabela 3, sendo o item “categoria” correspondente aos aspectos: a) caracterização dos protestos de junho de 2013; b) discussão sobre as frações dos grupos participantes; c) discussão sobre a atuação das agências controladoras, quando organizado o material da Sociologia Política.

**Tabela 3**

Exemplo do modelo do protocolo de registro do material da Sociologia Política

<b>Referência:</b>		
<b>Revista: / Área do conhecimento da(o) autor(a):</b>		
<b>Categoria</b>	<b>Trecho</b>	<b>Comentário</b>

O protocolo de registro possibilitou a organização de trechos a partir de temas recorrentes apresentados nos textos que não estavam no protocolo por não tratar dos critérios elencados<sup>18</sup>, assim, foram listados os seguintes tópicos: “neoliberalismo”, “Partido dos Trabalhadores”, “democracia” e “movimentos sociais”, identificados como pontos relevantes das discussões da Sociologia Política a serem contemplados na análise. O material analítico-comportamental teve o protocolo de registro semelhante ao modelo da tabela 3, exceto pela ausência dos aspectos previamente definidos e a organização dos trechos agruparem os tópicos principais do capítulo/texto. Os exemplos de registro do material de ambas as áreas estão nos anexos I e II. Todos os textos de literatura auxiliar,

<sup>18</sup> a) caracterização dos protestos de junho de 2013, b) discussão sobre as frações intragrupo em protesto e c) discussão sobre a atuação das agências controladoras.



por sua vez, foram organizados por fichamentos na forma de tópicos ou resumos com as teses principais.

A sistematização do material permitiu agrupar argumentações e estabelecer relações entre as áreas para que se produzisse uma análise comportamental do fenômeno social. A apresentação dos resultados e discussão foi feita em três capítulos: capítulo 1 – Movimentos sociais: práticas culturais antecedentes; capítulo 2 - Junho de 2013: contingências culturais, contracontroles e agências controladoras; capítulo 3 - Consequências culturais e democracia.

## **Resultados e discussão**

### **Capítulo 1**

#### **Movimentos sociais: práticas culturais antecedentes**

Este capítulo contempla conceitos e discussões sobre aspectos do comportamento social e os complexos desdobramentos que a formação de grupos com interesses antagônicos pode produzir. São apresentadas contingências culturais cuja implantação dos projetos políticos de globalização e do neoliberalismo estabeleçam ambientes sociais aversivos para alguns grupos que, organizados, agiram de modo a controlar seus avanços. São identificadas algumas características e práticas dos controlados (grupos em protesto) e o papel dos controladores (as agências governamental e econômica) no estabelecimento de contingências aversivas. A identificação de práticas culturais de protesto desses grupos é o primeiro termo da contingência cultural que subsidia explicações para as práticas de junho de 2013.

#### **1. Comportamento e sistemas sociais complexos**

A preocupação com fenômenos sociais e os estudos sobre o tema não são novidade na comunidade de analistas do comportamento (Otero, 2002; Holpert, 2004). A produção de um dos principais representantes da área, B. F. Skinner, é composta, desde o início de sua carreira, por trabalhos dedicados ao estudo da cultura e da sociedade – conforme defende Andery (1993), a partir da análise de publicações de 1930 a 1953 do autor, que denotam o processo de construção de uma ciência do comportamento *humano*. No início, entre 1930 e 1938, houve uma tentativa explícita de Skinner em estabelecer uma ciência que contemplasse generalidade suficiente "para ter suas leis aplicadas a todos os organismos, que tivesse suficiente precisão de modo a ser capaz de lidar com a,

aparentemente, infinita variabilidade do comportamento, especialmente dos repertórios dos organismos complexos" (Andery, 1993, p. 145).

Entre 1938 e 1947, as publicações de Skinner marcam a afirmação da psicologia como ciência que deve, a partir da Análise Experimental do Comportamento, resolver os problemas humanos (Andery, 1993). *Walden Two* (1948), segundo livro publicado do autor, é apontado como uma explícita preocupação de Skinner com a extensão e as implicações da Análise do Comportamento para contextos sociais complexos, apresentando a possibilidade de delineamentos culturais serem embasados pelos princípios comportamentais e a filosofia do Behaviorismo Radical (Carrara et al, 2013; Carrara & Zilio, 2015). O livro representa “a coleta de dados e a construção teórica proposta em 1947<sup>19</sup>” (Andery, 1993, p. 147).

Em 1953, o livro *Science and Human Behavior* é publicado, apresentando, organizadamente, uma visão de mundo, de ser humano, de ciência e um método, sintetizando a produção skinneriana até o momento, segundo a periodização (1930-1953) de Andery (1993). No livro, seis capítulos são dedicados à discussão de grupos e da cultura, tendo como ponto de partida a colocação do autor de que fenômenos sociais e/ou o comportamento social não possuem uma outra natureza ou requerem novos princípios comportamentais para serem estudados que não estejam contemplados no comportamento individual. O conceito skinneriano de comportamento social trata da relação de duas ou mais pessoas em um ambiente comum, sendo um comportamento que surge “porque um organismo é importante para outro como parte do seu ambiente” (Skinner, 1953/2005, p. 298). A mediação de outro organismo, ou pessoa, é uma característica relevante do comportamento social, assim como é uma característica componente do ambiente social.

---

<sup>19</sup> A autora enfatiza a defesa de Skinner (1947) da ciência do comportamento como solucionadora de problemas humanos por meio do controle de instituições sociais e a afirmação da importância da teoria na construção do conhecimento científico como importante produtora de novas visões de mundo.

Skinner (1953/2005) entende que uma “lei social” tem de ser estabelecida pelo comportamento dos indivíduos, uma vez que é sempre o indivíduo que se comporta “com o mesmo corpo e de acordo com os mesmos processos que numa situação não social” (p. 298). Essa perspectiva parte da unidade para produzir generalizações, ou seja, é a partir da identificação de leis e processos aos quais o comportamento individual está sujeito que se estabelece generalizações para explicar o comportamento em grupo. O grupo, portanto, não é admitido como um organismo homogêneo que se comporta.

Ainda que o comportamento social não seja governado por leis diferentes do comportamento individual, Skinner (1953/2005) descreve algumas especificidades que o caracterizam. A mediação de outra(s) pessoa(s), por exemplo, é condição necessária para que o comportamento social seja entendido como tal e igualmente importante são os reforços cedidos nessa relação. O reforçamento social, mediado por uma pessoa, tem a instabilidade como característica, visto que não é exclusivamente a resposta do indivíduo que produzirá mudanças no ambiente, depende das condições do agente reforçador.

O ambiente social nem sempre se apresenta de modo consistente, dessa forma, “respondemos às pessoas com menos confiança do que respondemos ao ambiente inanimado” (Skinner, 1953, p. 299) e, de modo contrário, não há desconfiança tão prontamente de esquemas de reforço mecânico. O ambiente social reage diferencialmente aos comportamentos produzindo maior extensão e flexibilidade comportamental para mudanças, pois respostas de uma mesma classe podem não ser mais efetivas para a obtenção do reforçador, o que depende, mais uma vez, do agente reforçador.

Os estímulos sociais acabam por controlar o comportamento sutilmente, de modo que a presença ou ausência de uma pessoa é suficiente para modificar o comportamento de alguém. Estímulos visuais como uma troca de olhares, citada por Skinner (1953/2005),

pode alterar o repertório de um indivíduo a depender da história de reforçamento social. Sobre essa volatilidade<sup>20</sup> o autor comenta:

Ao chamar a atenção de alguém, em suma, surge subitamente um estímulo social que é importante por causa dos reforços que dele dependem. A importância variará com a ocasião. Podemos chamar a atenção de alguém num flerte, em circunstâncias divertidas, num momento de culpa comum, e assim por diante, com um grau de controle adequado em cada caso. (p. 303).

O comportamento social assume novas complexidades a medida em que se dá o entrecruzamento de contingências em um sistema social. No caso do comportamento em grupo, uma característica é o aumento das possibilidades de um indivíduo obter reforço e, ainda, a maximização das consequências reforçadoras produzidas se comparada às que se produzem no comportamento fora da situação grupal. Assim, com o efeito do reforço aumentado, o grupo exerce um especial controle no comportamento do indivíduo.

Parte das técnicas de controle do grupo se dão a partir de classificações estabelecidas pelo próprio grupo a respeito dos comportamentos dos integrantes. A classificação especifica comportamentos entendidos como “bons” e “maus”, que são estabelecidos por meio de reforço e punição a partir de critérios que são interessantes para o controle do grupo. Os próprios termos da classificação “bom”, “mau”, “certo” e “errado” podem ser usados como estímulos verbais para reforçar comportamentos desejados, combinados com reforços condicionados ou não, como “elogios, agradecimentos, carícias, gratificações, favores, golpes, culpas, censura e críticas” (Skinner, 1953/2005, p. 324-325).

---

<sup>20</sup> Um estímulo social que tem pouca variação entre as culturas é o comportamento imitativo, ainda que as consequências para esse tipo de comportamento tenham particularidades culturais, as especificidades da imitação são tênues e a probabilidade de obter reforço se comportando como os outros é maior (Skinner, 1953/2005).

Atrelando a discussão às práticas de protestos, comportar-se em grupo, ou protestar em grupo, eleva a probabilidade de obtenção de reforçadores comuns aos seus integrantes. Em outras palavras, o comportamento em grupo é mais vantajoso para o alcance de objetivos comuns do que comportamentos de contestação isolados. Assim sendo, bloquear vias públicas com várias pessoas em protesto por uma questão x, por exemplo, produz efeitos maiores do que uma única pessoa protestando na rua. Os efeitos, no entanto, não tratam da obtenção necessária e imediata da pauta reivindicada pelas pessoas em grupo, mas das consequências que são produzidas e que podem contribuir para manter as ações em grupo ou não.

Um aspecto a se destacar é que a aparente uniformidade que a força social do grupo pode produzir é tensionada por subdivisões internas. Os comportamentos dos membros podem assumir diferentes efeitos no grupo e a classificação moral estabelecida para o controle interno pode produzir diferentes avaliações dos integrantes. Skinner (1953/2005) exemplifica uma possível tensão interna que pode ocorrer a respeito do uso da força física, comportamento que pode ser considerado “mau” por alguns membros e “bom” por outros que se comportam de modo semelhante. Essas divergências geram conflitos intragrupo pela disputa de seu controle.

As regras estabelecidas pelo grupo são aceitas pelos indivíduos à medida que segui-las evita consequências punitivas e, ainda, ao seguir as regras sem a supervisão de outras pessoas, o comportamento é entendido como autocontrole e pode assumir um valor ético-moral (Skinner, 1978). Conforme as contingências se mantêm, a partir da recorrência dos comportamentos no ambiente social do grupo, as práticas culturais estabelecidas podem ser transmitidas às gerações seguintes. O grupo, então, acaba por configurar um ambiente social de contingências variadas, mantidas por quem dele

participa. Nesse sentido, cria-se uma cultura, à medida em que o ambiente que o grupo propicia estabelece condições para a emergência de práticas culturais.

As questões apresentadas ampliam as complexidades que o comportamento social passa a assumir quando se trata de práticas culturais. Carrara & Zilio (2015) apontam elementos que caracterizam as práticas e marcam a complexificação: “a repetição/replicação de coerentes, compatíveis, comportamentos similares, sincrônicos e/ou análogos pelos indivíduos componentes de um grupo, com especial ênfase no aspecto da funcionalidade para a produção de consequências para uma multiplicidade de pessoas” (p. 140). Os autores mencionam, ainda, a transmissão cultural dos repertórios como dimensão das práticas culturais que extrapola o conceito de comportamento social.

As práticas culturais compõem o terceiro nível de seleção do comportamento, o nível cultural<sup>21</sup>, que Skinner (1981) descreve como “contingências especiais mantidas por um ambiente social evoluído” (p. 502). A explicação para a existência prolongada de práticas culturais é de que, provavelmente, “não apareceram novas variações (novas formas de comportamento ou novas práticas) ou as que apareceram não foram selecionadas pelas contingências predominantes (de reforço ou de sobrevivência do grupo)” (p. 502). A explicação indica que a seleção de práticas tem uma relação direta com as contingências culturais vigentes e o valor que uma prática cultural tem para a resolução de problemas de um grupo e sua sobrevivência.

Em síntese, aspectos importantes que caracterizam uma prática cultural: seu surgimento se dá ao acaso ou por especificidades do ambiente social, práticas culturais afetam o comportamento de todas as pessoas que compõem o grupo e práticas que propiciam a sobrevivência do grupo têm mais chance de serem selecionadas e transmitidas às

---

<sup>21</sup> A cultura tem diferentes acepções nos textos skinnerianos sendo entendida como *ambiente social*, *conjunto de condições*, *contingências sociais* e também como *conjunto de práticas culturais* – conforme identificado por Fernandes et. al (2017).

gerações. A manutenção de práticas culturais também tem como elemento definidor a assimetria entre grupos, o que pode implicar em culturas compostas por práticas que sobrevivem devido ao seu favorecimento na manutenção de relações assimétricas e exploratórias (Fontana & Laurenti, 2020). Essas relações serão discutidas adiante, a partir das noções de controle e contracontrole.

### **1.1. Controle, contracontrole e política**

“Todos nós controlamos, e somos todos controlados” (Skinner, 1953/2005, p. 438), essa afirmação explícita que o controle é admitido como um aspecto inerente à concepção de comportamento humano na perspectiva behaviorista. O comportamento é tanto controlado por suas histórias genéticas e ambientais quanto uma forma de controle do mundo com o qual interage, de modo que as relações que os indivíduos estabelecem com os seus ambientes sociais e não sociais são formas de controle características de processos comportamentais. Não se trata da defesa de uma atitude de dominação (Skinner, 1974), mas do reconhecimento da existência do controle como aspecto especialmente relevante a ser identificado para a compreensão do comportamento.

O exercício do controle como algo praticado deliberadamente pelas pessoas é uma questão frequentemente evitada e Skinner (1953/2005) argumenta que isso ocorre, em certa medida, devido à aversividade que o controle tem para o controlado. Alguns modos de controle, sobretudo os que são baseados “no uso da força, particularmente a punição ou a ameaça de punição, são aversivos por definição” e, ainda, “técnicas que apelam a outros processos também são censuráveis quando, como é normalmente o caso, a vantagem final para o controlador se opõe ao interesse do controlado” (p. 321).

Outra questão que parece se contrapor ao controle são concepções de liberdade que a caracterizam pela ausência ou diminuição do controle (Skinner, 1974). Assim, se o



controle é entendido como oposto à liberdade, que tem como condição de existência ou expansão a eliminação ou a redução de todo tipo de controle, admiti-lo com inerente à vida pode ser tomado como uma postura contrária à liberdade. No entanto, entender o controle como antítese da liberdade estabelece uma noção perigosa que, ao negar ou negligenciar a existência do controle, afasta a identificação de técnicas usadas pelos controladores, podendo agravar contingências de exploração, dominação e opressão, por exemplo.

Há formas de controle exercido em maior extensão por frações organizadas do grupo que se unem a partir de interesses compartilhados. Skinner (1953/2005) nomeia essas frações de agências controladoras e especifica o governo, a religião, a educação, a economia e a psicoterapia como grupos que detêm o controle de variáveis que exercem especial controle no comportamento dos indivíduos. Como grupos organizados, as agências ou instituições exercem um controle poderoso e, na maioria das vezes, problemático estabelecendo condições aversivas aos controlados.

A aversividade imediata facilmente implica em contracontrole, ou seja, em comportamentos dos controlados, por vezes, com reações emocionais, que reduzem a consequência aversiva. O contracontrole também é próprio de ambientes sociais, uma vez que contracontrolar a aversividade que o ambiente não social produz tem pouco ou nenhum efeito na diminuição do aversivo. Em relações de controle e contracontrole, os controlados se opõem por meio da fuga ou do ataque “para enfraquecer ou destruir o poder controlador, como numa revolução, numa reforma, numa greve, ou num protesto estudantil” (Skinner, 1974, p. 190).

Das possibilidades de contracontrole mencionadas, fuga e ataque, a primeira pode não enfraquecer e ainda menos destruir o controlador. Santos, Garbelotti, & Lopes (2016) apontam que a fuga acaba por não ter uma função política, uma vez que pode fortalecer

o poder do controlador<sup>22</sup>, não contribuindo para que transformações sociais ocorram, ainda que em pequenas proporções. Parece, então, que a segunda possibilidade de contracontrole, o ataque, tem como consequência a destruição ou minimização do controle aversivo e pode operar transformações sociais a nível coletivo, aproximando-se da acepção política de Holland (1974/2016) e Sá (1986) do contracontrole como ferramenta para ação popular em oposição às condições de subjugação as quais são submetidos.

As relações entre as agências controladoras e os controlados compõem um sistema social e entender como se dá o controle e o contracontrole desses grupos é parte da tarefa de uma análise comportamental interessada nos efeitos que o antagonismo pode produzir. Compreender os protestos como práticas que ocorrem a partir do comportamento de diferentes indivíduos em grupo, com a presença de subdivisões que congregam perspectivas comuns de ação e perspectivas opostas, afasta a homogeneização dos comportamentos e evidencia a indissociabilidade da política como variável de análise. Os conceitos de agência controladora e contracontrole são ferramentas particularmente interessantes para alocar a Análise do Comportamento no campo do político, antagonismo que constitui a vida social e da política, a partir da compreensão de práticas políticas (Mouffe, 2015).

Na perspectiva skinneriana, a ação política consiste na manipulação das contingências de reforçamento e é, também, por meio da identificação delas e de seus efeitos que se vislumbram transformações sociais. Ainda que as contingências estejam majoritariamente sob domínio de agências controladoras, o contracontrole social organizado pode não só minorar o poder das agências, mas pôr fim a sua existência, a

---

<sup>22</sup> Citam como exemplo de fuga a desistência de um estudante que pode fortalecer um professor autoritário que manterá a coerção com outros estudantes, ou seja, nesse caso a fuga não enfraqueceu o controlador.

depende da proporção que venha a assumir. Como comportamentos que não obedecem às condições de controle estabelecidas pelos controladores, o contracontrole trata de uma oposição por meio do ataque ou da resistência passiva que pode compor um conjunto de estratégias formuladas em determinado grupo cujas ações visam transformações radicais do ambiente social e têm sua prática estendida no tempo.

## **2. Movimentos sociais: relações entre controlados e controladores**

Este tópico foi organizado a partir das menções dos textos da Sociologia Política a mobilizações coletivas que antecederam os protestos de junho de 2013, sendo elas: movimentos antiglobalização (1999), Primavera Árabe (2010), *Occupy Wall Street* (2011), Indignados (2011) e, no contexto brasileiro, Diretas Já (1984) e Caras Pintadas/Fora Collor (1992). As mobilizações foram tratadas ora como menção em breves contextualizações históricas de movimentos sociais, ora como influências que reverberaram nos modos de organização dos grupos nos protestos de 2013. Tendo em vista que essas mobilizações compõem o contexto antecedente aos protestos de junho de 2013, com relativa temporalidade estendida, serão caracterizados o contexto sociopolítico e aspectos das práticas de protestos.

### **2.1. Breves considerações sobre os movimentos sociais**

O surgimento da sociologia se confunde com a adoção dos movimentos sociais como objeto de estudo que compõem, assim, uma área clássica das investigações sociológicas desde os primórdios (Gohn, 2014b). Os movimentos sociais não têm sua existência concreta condicionada a um momento específico da produção sociológica, eles compõem as problemáticas das ações coletivas em geral e o termo assume diferentes acepções. Nos anos de 1950, por exemplo, mudanças históricas amplas como “as guerras,

os movimentos nacionalistas, as ideologias radicais – nazismo, fascismo etc. –, assim como as ideologias libertárias e religiosas” (Gohn, 2014b, p. 24) recebiam a denominação de movimentos sociais. Igualmente ocorria no caso de revoltas e revoluções<sup>23</sup>, que eram tratadas como sinônimo de movimento social.

Se até o início do século XX as revoluções, ou a inexistência delas, eram a preocupação central de cientistas sociais, a partir de 1930 o que predomina são as teorias da desmobilização política – era clássica das teorias dos movimentos sociais – em que as explicações se davam a partir de “pilares psicossociais, amparando-se em emoções coletivas, e tom sombrio, ressoando o contexto de avanço dos regimes totalitários” (Alonso, 2009, p. 50). Havia, também, o predomínio da compreensão dos movimentos como massas irracionais ou anomalias sociais a partir de perspectivas psicológicas e noções do político como campo sem contradições (Corrêa & Almeida, 2012).

Com as mudanças no cenário sociopolítico e o ressurgimento de mobilizações coletivas a partir dos anos de 1960, o argumento que acusava o individualismo moderno de produzir “personalidades narcísicas, voltadas para a autossatisfação e de costas para a política” (Alonso, 2009, p. 50), perdeu força. As mobilizações sociais pareciam se afastar do que era conhecido até então, o movimento operário, pois “não se baseavam em classe, mas sobretudo em etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo) (...) Tampouco visavam a revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado” (Alonso, 2009, p. 50-51).

No final do século XX, a crise das utopias, somada ao avanço da globalização, modificou as demandas dos movimentos sociais para o campo do consumo e da comunicação em detrimento da esfera do trabalho (Duarte & Meksenas, 2008). As

---

<sup>23</sup> “Lutas, protestos, revoltas, revoluções, quebra-quebras, insurreições” (Gohn, 1997/2007, p. 13) são tratados da mesma forma em paradigmas clássicos e contemporâneos dos movimentos sociais.

mobilizações apresentavam novas configurações, tratavam-se de ações coordenadas fora das instituições políticas que demandavam qualidade de vida e legitimidade dos diversos estilos de viver. Proletários já não tinham mais o protagonismo de outrora, assim como as reivindicações de condições de vida ou redistribuição de recursos perdem a centralidade. Duarte e Meksenas (2008) apontam que tais mudanças implicaram em uma postura mais defensiva do que ofensiva dos movimentos sociais e “os conflitos não mais apareceriam num quadro macrossocial, mas emergiriam localizados, fragmentados e particularizados” (p. 128).

Frente às novas configurações sociais emergem teorias a fim de explicar as mobilizações coletivas, dado que os dois grandes sistemas teóricos do século XX, o marxismo e o funcionalismo, apresentavam limitações (Alonso, 2009). Entre as teorias, surge a dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que nega a perspectiva funcionalista da cultura como “um conjunto fixo e predeterminado de valores e normas herdadas do passado” (Gohn, 1997/2007, p. 121) e, também, se contrapõe ao marxismo<sup>24</sup> clássico (também chamado de ortodoxo), devido às limitações explicativas que subjagam os campos político e cultural ao domínio econômico.

O que há de novo nos movimentos é controverso. Frank e Fuentes (1989) apontam que parece se tratar de novas formas de “velhos” movimentos e retomam que “os movimentos camponeses, de comunidades locais, étnicos/nacionalistas, religiosos e até mulheres/feministas existiram durante séculos e até milênios em muitos lugares do mundo” (pp. 21-22). Isso quer dizer que os atores sociais não são exatamente novos, mas a capacidade organizativa dos grupos pode especificar a novidade, a começar por

---

<sup>24</sup> Gohn (1997/2007) destaca que alguns teóricos dos NMS têm simpatia pelo neomarxismo - “que enfatiza a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva”, todavia, “o marxismo [clássico] foi descartado porque trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade” (p. 122).

características como a “organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada” (Alonso, 2009, p. 67).

Os NMS têm demandas descritas como simbólicas ou pós-materiais que se concentram em temas como a identidade e estilos de vida (Alonso, 2009). Outros aspectos característicos dos grupos são: i) a recusa em negociar e cooperar com a agência governamental e sindicatos, estando “mais preocupados em assegurar direitos sociais – existentes ou a ser adquiridos” (p. 125), ii) o uso da mídia e de práticas de protestos a fim de “mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais” (p. 125), iii) o uso da ação direta de modo a provocar “mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil” (Gohn, 1997/2007, p. 125).

Os NMS são mencionados como influência do Movimento Passe Livre (MPL), grupo que compôs e teve protagonismo nos protestos de junho de 2013. Scherer-Warren (2014a) enquadra o MPL como um movimento social organizado, termo que caracteriza como sendo grupos de relativa permanência temporal estruturados "sob a forma de redes de militância que operam como uma estratégia para a construção de significados políticos ou culturais em comum, tendo em vista conquistar e mobilizar cidadãos e produzir transformações sociais" (p. 15). A autora (Scherer-Warren, 2014a) estabelece distinções entre movimento social organizado e manifestações (ou protestos) de rua, caracterizando as manifestações por “reações conjunturais coletivas e públicas, que pretendem através do protesto criar visibilidade política, o reconhecimento das vozes dos cidadãos, seja através de seus movimentos ou do público em geral mobilizado para o evento político em si mesmo” (p. 15).

A diferenciação feita por Scherer-Warren (2014a) não exclui que o *evento político reativo* (manifestação/protesto) seja composto por movimentos sociais organizados, pelo

contrário, a autora entende os protestos como um momento constitutivo dos movimentos. A diferença reside na continuidade dos movimentos sociais que ultrapassam o momento de mobilização social pública. Em junho de 2013, por exemplo, o MPL mobilizou e compôs os protestos junto de outros movimentos sociais organizados e cidadãos em geral, o fim dos protestos, contudo, não implicou no fim do grupo.

As novas configurações dos movimentos sociais implicaram no modo de participação dos indivíduos nos grupos e, nesse âmbito, militância e ativismo são termos que designam formas de atuação política. Sales, Fontes e Yasui (2018) relatam que militância e ativismo são predominantemente tratados como sinônimos no contexto brasileiro e caracterizam ambos como “metodologias para produzir ações coletivas a fim de intervir/interferir nas normas sociais vigentes” (p. 567).

O ativismo, por sua vez, parece estar alinhado ao modo de organização dos NMS, uma vez que coletivos contemporâneos “autodenominam-se como *ativistas* e não militantes de organizações” (Gohn, 2018, p. 120). A própria noção de “coletivos” se difere dos movimentos clássicos (de luta pela terra, por moradia ou os sindicatos e partidos) cujas formas de organização são tradicionalmente estruturadas pela centralização de informações e decisões, participação limitada e relações assimétricas pautadas em hierarquia e lideranças. Esses aspectos são atrelados à noção de militância e recusados por parte dos novos movimentos sociais (Seidl, 2014).

Algumas características dos NMS, sobretudo, a organização a partir da horizontalidade e desburocratização, parecem ser compatíveis com preceitos skinnerianos sobre o exercício do controle imediato e efetivo. Skinner (1978) critica contingências institucionalizadas, em especial, pela agência governamental, que estabelece comportamentos de obediência a partir da coerção, e, como estratégia alternativa, propõe o fortalecimento do controle face a face. O controle face a face seria um controle social

*das pessoas pelas pessoas* em que se estabelece maior sensibilidade aos efeitos do comportamento interpessoal, sem as mediações institucionais baseadas no controle aversivo.

## **2.2. Contingências culturais: neoliberalismo e globalização**

A economia política neoliberal surge no fim da Segunda Guerra Mundial a partir do encontro da “Sociedade Mont-Pèlerin” (1947), grupo formado por filósofos, economistas<sup>25</sup> e cientistas políticos contrários ao que se convencionou chamar na literatura e no discurso público de Estado de Bem-Estar keynesiano (social-democrata) e ao *New Deal* estadunidense. O projeto político e econômico desse grupo atacava a atuação do Estado como regulador do mercado e, também, suas responsabilidades sociais, uma vez que, na perspectiva neoliberal, essa ingerência estatal destrói “a liberdade dos indivíduos e a competição, sem as quais não há prosperidade” (Chauí, 2020, p. 309).

Com a crise capitalista dos anos de 1970, a baixa no crescimento econômico e alta nas taxas de inflação, o grupo neoliberal tinha como explicação a culpabilização dos movimentos operários e dos sindicatos por onerar o Estado com pressões por aumento de salários e outras atribuições sociais. A proposta para lidar com a crise seguia os seguintes pontos: i) controle do dinheiro público e corte dos encargos e investimentos na economia a partir de um Estado forte que rompesse o poder dos sindicatos e movimentos operários; ii) estabilidade monetária como meta para conter despesas sociais e restauração do desemprego (a fim enfraquecer os sindicatos); iii) reforma fiscal como incentivo para os investimentos privados; iv) desregulação da economia para que a racionalidade do mercado a regulasse (Chauí, 2020).

---

<sup>25</sup> Friedrich Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006) são teóricos frequentemente citados como representantes do ideário neoliberal.



A aplicação do modelo neoliberal ocorre na ditadura chilena de Augusto Pinochet (1973), nos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra (1973) e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1981), e tem maior expansão global após a queda do Muro de Berlim, em 1989. Uma dimensão importante alterada pelo neoliberalismo, segundo Andrade (2019), é a globalização da economia, a partir de um regime de acumulação financeirizado<sup>26</sup>, que centraliza as decisões em poucos agentes transnacionais, assim, a alternativa à crítica do cerceamento da liberdade dos indivíduos pelo Estado acaba se convertendo em liberdade no que se refere a bens e serviços e não ao movimento de pessoas. Ao fim e ao cabo, o neoliberalismo configura “o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado” (Chauí, 2020, 312).

A expansão do capitalismo tem novos elementos com o processo de globalização no fim da década de 1990. Como uma fase de integração política, econômica e cultural capitalista, a globalização trata da circulação de mercadorias, serviços, capitais e informações em escala global. Essa internacionalização do capitalismo foi sustentada, em partes, pela retórica da expansão natural e inevitável das relações de produção e consumo e, ainda, como um processo indispensável para o desenvolvimento e integração global dos povos.

O geógrafo Milton Santos (2004) foi um crítico do ideário difundido sobre a globalização, suas propostas contraditórias e suas implicações sociopolíticas. O autor entende a globalização como um processo multidimensional que requer a compreensão de, ao menos, dois aspectos principais: o estado das técnicas e o estado da política. Técnica e política não são admitidas como separáveis em sua análise, apesar do

---

<sup>26</sup> A financeirização trata de uma fase do desenvolvimento do capitalismo (iniciada em 1980 e ainda vigente) em que as relações entre dívida e patrimônio foram elevadas e os serviços financeiros (como mercados e instituições financeiras) compõem uma crescente parcela da renda nacional.

reconhecimento de que há certa tendência e/ou tentativa de se contar a história somente a partir da técnica ou, então, a partir da política. Quanto ao estado da técnica, sua evolução criou condições para que novas etapas históricas fossem possíveis e, nessa inter-relação, os sistemas técnicos representam também uma época. Contemporaneamente, um sistema representativo é o das técnicas da informação que permitem a comunicação de diferentes técnicas entre si e estabelecem um novo uso do tempo, permitindo a simultaneidade das ações e a aceleração do processo histórico.

O estado da política diz respeito à disputa pela hegemonia das técnicas que, no contexto da globalização, faz com que atores sociais e territórios que não têm condições de impulsionar as técnicas avançadas (ou hegemônicas) sejam incorporados como atores atrasados e de menor importância no cenário geopolítico. A expansão global das técnicas, sobretudo da informação, permite a cada lugar acessar o que ocorre em outros lugares e “o princípio de seletividade se dá também como princípio de hierarquia, porque todos os outros lugares são avaliados e devem se referir àqueles dotados das técnicas hegemônicas” (Santos, 2004, p. 13). Fica evidente, então, que as técnicas não são um dado absoluto e não estão apartadas da política, pelo contrário, elas só se tornam parte da história a partir do uso que os seres humanos fazem delas, a partir da política.

Na lógica da globalização, a intermediação política das técnicas se dá pelos Estados e empresas globais que, com o espraiamento das técnicas hegemônicas, fragmentam a produção permitindo que se produza partes de um mesmo produto em diferentes países. Essa fragmentação da produção técnica, todavia, é articulada por uma unidade de comando, o que quer dizer que a internacionalização não gera uma pulverização das decisões políticas, ela concentra os comandos políticos dos países centrais de acumulação do capital e mantém sob exploração os países periféricos.

O ideário da globalização foi sustentado por noções como a possibilidade de um único mundo que estaria em constante conexão, propiciando trocas culturais entre povos. O livre fluxo de informação e de pessoas também compunha o ideário, já que a própria noção de tempo é modificada e a ideia de circulação por toda parte do globo, uma cidadania universal, compõe esse novo mundo. Igualmente defendido é o Estado minimizado e o livre comércio regulado pelo mercado, um imaginário geográfico do fim das fronteiras, que Massey (2002) identifica ser abandonado quando se adentra a discussão da migração internacional. O ideário mencionado é entendido por Santos (2004) como fabulações que camuflam a lógica de mercado a qual a globalização está reduzida, escondendo, portanto, sua face perversa que globaliza mecanismos de exploração e aprofunda desigualdades.

O que se colocava como um processo homogêneo, a partir da retórica da globalização como condição inevitável para o desenvolvimento mundial, desnuda heterogeneidades econômicas, culturais, interpessoais e subjetivas, uma vez que não é possível afetar todos os povos de modo equivalente. O discurso da inevitabilidade altera as noções de tempo e espaço que, segundo a geógrafa Doreen Massey (2002), faz com que determinados países, como Nicarágua e Moçambique, por exemplo, que não compõem esse único futuro universalmente proposto pela globalização, tenham suas diferenças negadas e assumam um lugar na fila da história. Nessa unicidade retórica, a história (tempo) é transformada em uma única história, subvertendo a geografia (espaço) em história de uma narrativa unívoca imposta para todos os cantos do globo. Quem não está vivendo o único modo de vida proposto, a globalização, é quem está em descompasso, em atraso, em um estágio anterior do desenvolvimento.

Nas tensões entre avanço e atraso, centro e periferia, global e local, a globalização, como panaceia para o desenvolvimento e integração das nações, apresenta contradições

e resistências a sua efetivação. Parte das contradições se expressam na concentração do comércio mundial por algumas empresas transnacionais, transações e ações operadas principalmente em centros financeiros do norte global (União Europeia, Estados Unidos e Japão) e, em contrapartida, países menos avançados têm percentual baixíssimo na participação do comércio mundial (Santos, 2000). Somada às contradições de âmbito econômico, há a tentativa de se estabelecer uma padronização cultural por meio da exportação de músicas, cinema, arquitetura, culinária e outros elementos dos países centrais do capitalismo que compõem o modo de vida ideal propagado. A globalização se coloca como um sistema que integra economias, culturas e subjetividades e, também, uma noção de crise, como esclarece Santos (2000):

O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo (p. 18).

Skinner (1978), como estadunidense e, portanto, beneficiário do desenvolvimento avançado de um país central do capitalismo, detentor de técnicas hegemônicas, sinaliza preocupação com a produção de tecnologias. O autor aponta que os avanços tecnológicos não são disponibilizados para todas as pessoas e os ganhos que produzem para alguns acarretam em danos significativos para outros. Há, ainda, o impacto que as tecnologias e seu livramento de condições aversivas reverberam contra a sobrevivência da cultura e da

espécie, uma vez que acabam por criar confortos cotidianos, para uma parcela população, que diminuem importantes repertórios de ação.

Obviamente, o desenvolvimento tecnológico, que possibilita a diminuição de cargas extensas e exaustivas de trabalho, é salutar a vida humana, entretanto, esse mesmo desenvolvimento cria condições para modos de vida nocivos. Por exemplo, a evitação de práticas de exercício físico, o consumo de alimentos industrializados, a aquisição constante de produtos e sua obsolescência programada, o impacto ambiental compõem modos de vida insustentáveis, se praticados pela maioria da população global. Tais questões ocuparam algumas das reflexões skinnerianas sobre o futuro do planeta e, ainda, na direção da crítica ao processo de globalização, Skinner (1987b) identifica organizações multilaterais, grupos religiosos e a indústria como controladores das contingências de reforço desastrosas para a humanidade, sem interesse, evidentemente, de abdicar seus poderes.

As tensões produzidas pelo projeto da globalização neoliberal se desdobraram em resistências à efetivação do projeto. A negação das diferenças dos territórios locais era um pressuposto das práticas que visavam a padronização global, o que criou condições para que grupos operassem em resistência, reafirmando suas identidades culturais e impondo a adaptação de grandes corporações transnacionais ao local. De modo mais radical, parte da resistência ocorreu pelo que ficou conhecido como movimentos antiglobalização que, admitindo a globalização como expansão do capitalismo e ele como a raiz dos problemas sociais, políticos e econômicos, desencadearam revoltas pelo mundo.

Dez anos mais tarde, com o aprofundamento da globalização neoliberal, resistências como “o Occupy, os protestos europeus e mesmo certos aspectos da Primavera Árabe emergiram parcialmente das solidariedades rompidas de uma época

neoliberal” (Brown, 2018, p. 49). O sacrifício que é imposto aos cidadãos pelos efeitos da austeridade, somado ao poder decisório sobre a regulação da vida global concentrado nas instituições internacionais, produziu protestos que aspiravam à soberania dos povos.

### **2.3. Movimentos antiglobalização**

O cenário até então apresentado situa as resistências globais do chamado movimentos antiglobalização formado por grupos heterogêneos<sup>27</sup> “com uma perspectiva que une o local e o global, construindo identidades coletivas multirreferenciais que superam o Estado-nação e uma luta comum contra a globalização neoliberal” (Bringel & Muñoz, 2010, p. 29). Esses grupos compuseram as chamadas manifestações-bloqueio, ou os Dias de Ação Global, em contestação aos encontros de gestores do capitalismo nas reuniões das instituições reguladoras internacionais (Ludd, 2005). Algumas dessas instituições são a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), entre outras, que são frutos de acordos internacionais para a efetivação do receituário da globalização.

Os grupos anticapitalistas e antiautoritários *Reclaim The Streets* e *Black Bloc* foram grandes mobilizadores e atuantes nos protestos. O *Reclaim The Streets*, de origem inglesa e perspectiva ecológica, comunista e libertária, foi um dos principais impulsionadores da coordenação de movimentos sociais denominado Ação Global dos Povos, que reuniu movimentos sociais do mundo todo em contraposição aos avanços do capitalismo-globalização, tendo participação como representante brasileiro o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O *Black Bloc*, por sua vez, são agrupamentos de pessoas que ocorrem livremente nos protestos e se caracterizam pela tática de ação

---

<sup>27</sup> Sindicalistas, feministas, ambientalistas, estudantes, defensores dos direitos humanos entre outros.

direta, de inspiração anarquista. Os integrantes são adeptos da violência física e patrimonial como práticas de contestação e costumam trajar roupas pretas, usar máscaras, capuz ou balaclava para evitar identificação e represália. Ambos, *Reclaim The Streets* e *Black Bloc*, são organizados a partir da autogestão, da não hierarquia, não burocracia e autonomia e fazem críticas as tentativas da esquerda institucionalizada de capitalizar suas organizações por meio de ONGs e partidos que se limitam a pleitear a gestão do capitalismo (Ludd, 2005).

As manifestações-bloqueio para os encontros dos organismos internacionais – OMC em Seattle (1999), FMI em Praga (2000), ALCA em Quebec (2001) e G-8 e FMI em Gênova (2001) – eram mobilizadas por panfletos e cartas internacionais de convocação e denúncia do evento (Ludd, 2005). A comunicação internacional colocava milhares de pessoas nas ruas e não só na cidade sede das reuniões, mas em todo o mundo, o que indicava uma contraposição significativa a nova ordem mundial globalizada. A conhecida Batalha de Seattle (1999), com quase 100 mil pessoas ocupando as ruas, é um marco do rompimento do silêncio dos movimentos sociais que aspiravam um outro mundo possível em oposição a retórica vigente expressa em *slogans* como “*there is no alternative*” de Margareth Thatcher ou o “fim da história” de Francis Fukuyama (Bringel & Muñoz, 2010), que negavam a possibilidade de alternativas ao capitalismo.

Os movimentos antiglobalização são mencionados nas discussões sobre os protestos de junho de 2013 a partir de características comuns, como a descentralização e ausência de lideranças formais na organização dos grupos (Scherer-Warren, 2014; Alonso, 2017). Outro elemento comum identificado é a presença de *Black Blocs* em ambos os movimentos e a divergência intragrupo que o uso da violência nos protestos provocou. No contexto antiglobalização, a fragmentação se caracterizava por um lado pró-reforma e negociações de pautas, grupo que posteriormente compôs o Fórum Mundial

Social (a institucionalização dos movimentos em contraposição ao Fórum Econômico Mundial), e, por outro lado, uma ala radical, abertamente anticapitalista, que visava o rompimento das estruturas de poder (Bringel & Muñoz, 2010). Nos protestos de junho de 2013, também houve divergência e fragmentação intragrupo à esquerda – na hostilização de *Black Blocs* devido ao uso da violência nas ações – e, também, por protestantes contrários à presença de militantes de partidos de esquerda.

#### **2.4. Primavera Árabe, *Occupy Wall Street* e Indignados**

Entre 2010-2013, revoltas no Oriente Médio, conhecidas como Primavera Árabe, lotam as praças do Egito, Turquia e Tunísia. Na Europa, os chamados Indignados, também promoveram grandes protestos em praças da Grécia, Espanha e Alemanha e, similarmente, ocorreu no *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos. Todas as mobilizações têm a praça como lugar de concentração e protesto para a realização da política não formal (Gohn, 2014), mas guardam distinções específicas em seus respectivos cenários sociopolíticos, a começar pelas revoltas árabes questionarem governos entendidos como ditatoriais (Gondim, 2016) e, em contrapartida, o *Occupy* em Nova York tratar de protestos contrários à democracia liberal.

As características semelhantes entre as mobilizações e os protestos de junho de 2013 são a participação massiva de jovens, a contestação voltada para realidades nacionais e o ciberativismo como comunicação e articulação por meio de computadores, celulares e da internet. Machado e Miskolci (2019) relatam que as tecnologias da informação e comunicação contribuíram com as mobilizações “na facilidade de compartilhar conteúdos, na popularidade de perfis pessoais e, sobretudo, no poder dos algoritmos em atrair a atenção, agregar apoio às causas, induzindo à ação política” (p. 50), dinâmica que ganha intensidade no Brasil a partir de 2013.



As semelhanças topográficas das mobilizações, ou seja, a forma como se comportavam os indivíduos nos protestos, seguem um padrão: as pessoas se concentram em espaços públicos – por vezes bloqueando vias, fazem o uso de cartazes que indicam a demanda e/ou denúncia do grupo, entoam palavras de ordem e hasteiam bandeiras que identificam os grupos e/ou a posição político-ideológica.

## **2.5. Diretas Já e Caras Pintadas/Fora Collor**

Em 1984, período de transição da ditadura civil-militar brasileira para a democracia, ocorreram protestos em defesa da eleição direta<sup>28</sup> para presidente conhecidos como Diretas Já. Em 1992, ocorrem protestos pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, que culminaram da “insatisfação com a recessão econômica, o péssimo funcionamento dos serviços públicos, o desastrado plano de combate à inflação – principal problema da redemocratização” (Nobre, 2013a, s/p).

Os protestos das Diretas Já e do Fora Collor são exemplos de vínculo entre movimento social e política institucional, já que muitos dos grupos que participaram tinham a democracia como aposta de “projeto político e na participação democrática como forma de acesso e garantia de direitos” (Tatagiba, 2014, p. 57). Nesse sentido, ambos os protestos tiveram suporte estrutural e mobilizatório de frentes suprapartidárias e movimentos sociais como a CUT, UNE, OAB, CNBB<sup>29</sup> – conforme destacado por Tatagiba (2014), diferentemente ao que ocorreu nos protestos de junho de 2013 que a autora caracteriza como maior e inédita intensidade de reações contrárias à presença de legendas partidárias.

---

<sup>28</sup> Temas como arrocho salarial, críticas ao FMI e a atuação dos Estados Unidos na América Latina também constavam nos protestos.

<sup>29</sup> Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Relacionando elementos das práticas de protesto das Diretas Já, Fora Collor e junho de 2013, Tatagiba (2014) e Alonso (2017) apontam que os símbolos nacionais (hino, bandeira e heróis) foram usados nos três casos. Tal como houve em junho a disputa pelas cores usadas nas ruas, também ocorreu nos protestos pelo *impeachment* de Fernando Collor, em que se reivindicava o verde-amarelo como sendo as cores do Brasil e não do presidente em questão. Diferentemente do que ocorreu em junho de 2013, a cor vermelha (que simboliza a luta) estava presente no Fora Collor, igualmente a cor preta (símbolo do luto).

A recuperação dos símbolos nacionais por parte dos grupos nos protestos é uma prática recorrente, não só o uso das cores verde e amarelo, da bandeira e hino nacional, mas, também, o tratamento desses símbolos como representação sagrada da nação, em contraposição aos símbolos profanos expressos em enterros simbólicos e caracterizações ridicularizadas de políticos e instituições. Em junho de 2013, Alonso (2017) identifica a recuperação de símbolos nacionais no repertório patriota – pequena fração nos protestos. Tatagiba (2014) aponta como similar as críticas à Rede Globo em 2013 e nas Diretas Já expressas no coro “o povo não é bobo, abaixo a rede globo”. No que diz respeito ao repúdio à presença das legendas partidárias, a autora caracteriza a recusa presente em junho de 2013 como intensa e inédita.

Tatagiba (2014) estabelece relações entre os protestos Fora Collor (1992) e os de junho 2013 a partir do tema da corrupção. Em 1989, Fernando Collor foi eleito como o “caçador de marajás” e, dois anos mais tarde, viveu a campanha Ética na Política que culminou em *impeachment*. Em 2005, o mensalão petista coloca em risco o segundo mandato de Lula e o caso reverbera até 2013, voltando a ser tema a partir dos superfaturamentos com os megaeventos esportivos. Em 2014, com as denúncias da Petrobrás, o tema volta ao debate mobilizando protestos contra a gestão Dilma Rousseff.

Por último, cabe mencionar um aspecto do resultado de pesquisa (feita em 20 de junho de 2013 pelo IBOPE<sup>30</sup>) com 2002 participantes dos protestos de oito capitais brasileiras. A maioria das pessoas eram jovens<sup>31</sup> (63%), “43% tinham menos de 25 anos, ou seja, eram crianças ou não haviam sequer nascido quando ocorreu o último ciclo de protestos massivos no Brasil, o ‘fora Collor’ em 1992” (Gondim, 2016, p. 12). Por outro lado, 19% das pessoas tinham mais de 40 anos, o que aumenta a probabilidade de terem participado de protestos ou terem observado, condições que facilitam a transmissão de práticas culturais.

---

<sup>30</sup> Pesquisa de opinião pública sobre os manifestantes (Fantástico, 2013). Link: <http://especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes/>

<sup>31</sup> Entre 14 e 29 anos.

## Capítulo 2

### Junho de 2013: contingências culturais, contracontroles e agências controladoras

Este capítulo irá apresentar as contingências culturais vigentes em junho de 2013, de modo que seja possível identificar as condições antecedentes no cenário sociopolítico que, em maior ou menor grau, produziram as práticas de protesto em 2013. Serão identificadas as práticas de protesto ocorridas em junho e analisadas as relações estabelecidas entre frações dos grupos em protesto e as agências controladoras governamental, midiática e econômica.

#### 1. Considerações sobre a conjuntura política brasileira: antecedentes

As contingências políticas nacionais que serão apresentadas estão circunscritas ao período histórico que compreende o processo da redemocratização brasileiro, também denominado de Nova República. A delimitação temporal se deu a partir das menções e aproximações feitas pela literatura da Sociologia Política (Tatagiba, 2014; Gondim, 2016; Alonso, 2017) entre os protestos de junho de 2013 e mobilizações sociais anteriores que ocorreram no período de reestabelecimento da democracia no Brasil.

O cenário do sistema político brasileiro tem particularidades que contam com o declínio de uma ditadura, uma crise econômica aguda e a transição para a democracia, elementos estruturados por uma cultura política conservadora que blindou forças sociais de transformação impondo lentidão à democratização brasileira. Nobre (2013b) chama a cultura política conservadora democrática que vigora no Brasil de *pemedebismo*, nome que remete ao partido que capitaneou a transição democrática, PMDB<sup>32</sup>, no entanto, não

---

<sup>32</sup> Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Em 2018 o nome é alterado para MDB.

se restringe às práticas do partido, trata-se de uma cultura que domina o sistema político brasileiro.

O primeiro momento da redemocratização (1979-1994), segundo Nobre (2013b), é marcado pelo declínio da ditadura civil-militar e o modelo nacional-desenvolvimentista. A cultura política vigente no período é o progressismo, que trata da ampla aliança entre diferentes grupos para a superação da ditadura, e tem como aspecto fundamental o conservadorismo atuando no travamento de mudanças sociais profundas. O progressismo figura, portanto, como uma das marcas do pemedebismo.

O segundo momento da redemocratização (1994-2013) se caracteriza pela superação do nacional-desenvolvimentismo por um novo modelo de sociedade, denominado por Nobre (2013b) de social-desenvolvimentismo. Esse período tem como marca a disputa pela implementação do modelo social que está contido na Constituição Federal de 1988, uma vez que o documento por si só não garante a efetivação de suas ideias, mas apresenta um marco a partir do qual as forças políticas disputam. A cultura política do período não é mais o progressismo, mas a governabilidade, que diz respeito à condição estabelecida para que um governante seja eleito, governe e não sofra impedimento a partir da obtenção de apoio majoritário no congresso. A cultura da governabilidade é outra marca do pemedebismo e, para Nobre (2013b), é colocada em xeque em junho de 2013.

A interpretação de Nobre (2013b) é a de que, no período entre 1979 e 2013, ocorreu o processo de redemocratização brasileiro caracterizado pelo estabelecimento e funcionamento das instituições e, a partir de junho de 2013, um outro ciclo se inicia. Para o autor, as revoltas<sup>33</sup> de junho de 2013 inauguram uma nova fase da democratização

---

<sup>33</sup> Nobre (2013a, 2013b) usa o termo revolta seguindo uma convenção da historiografia brasileira que assim nomeia eventos de sublevação (e.g. Revolta do Vintém, Revolta da Chibata). Já o uso do plural “revoltas” marca o reconhecimento da pluralidade de atores e objetivos.

brasileira, que se caracteriza pela disputa em torno do modo como operam as instituições; trata-se, então, de um processo de aprofundamento democrático.

As considerações de Nobre (2013b) sobre o que chama de cultura política (o pemedebismo) caracterizam práticas de controle interno de frações da agência governamental. A difusão de “práticas culturais institucionalizadas, permeadas por relações de estratificação e diferença de poder” (Souza, 2018, p. 53) é estabelecida pela agência de tal modo que podem se confundir com a cultura. No caso do pemedebismo, as práticas de travamento de mudanças sociais radicais e alianças intragrupos politicamente divergentes para a governabilidade acabam por se configurar como práticas que compõem a cultura brasileira.

Essa cultura política parece ser mantida pelo ambiente social, ou a maior parte dele, que obtém reforços positivos a partir de políticas da agência. A manutenção dessa cultura também estabelece que a disputa política deve ocorrer dentro dos limites que a própria agência coloca. Em outras palavras, ainda que grupos com valores ético-políticos conflitantes ou perspectivas radicalmente opostas disputem o controle da agência, seu poder de modificação das contingências sociais de um país, por exemplo, é limitado por uma cultura política de longa temporalidade e não seguir as práticas culturais institucionalizadas pode implicar no enfraquecimento ou dissolução do grupo. Nesse ambiente social, nasce o Partido dos Trabalhadores (PT) e alguns aspectos da sua atuação política na disputa pelo controle da agência governamental serão apresentados, uma vez que compõem o sistema social dos protestos de junho de 2013.

### **1.1. Agência controladora governamental: gestões do Partido dos Trabalhadores**

---

O PT configura um grupo que marca uma ruptura na política brasileira (Singer, 2012), apresentando uma trajetória que vai de um forte movimento social, que desafiava a estrutura sindical nos anos 1970 (o “novo sindicalismo” do ABC em São Paulo), à presidência do país por 13 anos consecutivos (2003-2016). O partido esteve em diferentes posições no cenário político nos últimos 30 anos e seu impacto nas três maiores mobilizações do Brasil até 2013 são significativos, como relata Tatagiba (2014):

Em 1984, o PT era *partido-movimento*, e como tal integrou a campanha das Diretas Já, com funções de organização e de atuação na base, a partir de sua extraordinária capacidade de mobilização e recrutamento. No ano de 1992, o PT estava na condição de *partido-na-oposição*, e como tal integrou a frente suprapartidária pró-impeachment ainda com grande capacidade de mobilização e recrutamento, principalmente de setores do funcionalismo público. Em 2013, o PT já estava há 11 anos à frente da coalizão no plano federal, e em São Paulo era o começo da gestão do petista Fernando Haddad, e a situação de partido-no-governo marcou o posicionamento distante e reticente do PT em relação aos protestos. (p. 56-57).

O PT nasce nos anos 1980, congregando a maioria dos grupos de esquerda<sup>34</sup> do Brasil que, até então, no regime militar, atuavam clandestinamente ou por meio de organizações como a Igreja Católica. O partido se coloca como uma nova ferramenta política nacional e de massas, após anos de vigência do bipartidarismo na ditadura, e se estabelece com uma base social composta por “trabalhadores industriais, trabalhadores dos setores de transporte e bancário, trabalhadores sem terra, professores e outros funcionários do setor público” (Fernandes, 2019, p. 133). O partido é o principal

---

<sup>34</sup> Com exceção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)

representante da *esquerda moderada* que, segundo Fernandes (2019), atua nos limites da ordem hegemônica do capitalismo por meio de “conciliações entre as resistências e as necessidades do *status quo*” (p. 63).

O partido disputa as eleições presidenciais, sem vitórias, em três ciclos eleitorais (1989, 1994, 1998) e sai vitorioso na campanha de 2002, com o candidato Luiz Inácio Lula da Silva – Lula (que governa entre os anos de 2003 e 2010). O governo de Lula é caracterizado por políticas reformistas e conservadoras (Singer, 2012), em que os ricos continuaram a ganhar dinheiro, ao mesmo tempo em que políticas sociais foram feitas: Bolsa Família, o crédito consignado, o aumento real (acima da inflação) do salário mínimo. Essas características foram definidas por Singer (2012) como um projeto político chamado de lulismo, que se caracteriza por um *reformismo fraco* estabelecido por um conjunto de políticas dirigidas aos mais pobres que marca a política brasileira por anos e também a oposição que terá de respeitá-la, uma vez que romper com as políticas sociais pode produzir consequências desastrosas.

No ano de 2006, o Brasil passou por um processo de realinhamento eleitoral, quando ocorre um deslocamento de bases sociais de apoio à candidatura Lula. Desde 1989, quando Lula se candidata pela primeira vez e disputa o pleito contra Fernando Collor, sua base social de voto era composta majoritariamente pela classe média, ocorrendo, em 2006, uma mudança dessa base social de apoio e Lula passa, então, a ser votado pelo subproletariado<sup>35</sup> - fração de classe composta por indivíduos que oferecem sua força de trabalho e não encontram quem pague por ela de modo suficiente para sua subsistência, compondo o setor da população cuja renda atinge o máximo de dois salários

---

<sup>35</sup> Singer (2012) recorre à noção de subproletariado esboçada no trabalho de Paul Singer “Dominação e desigualdade: estrutura de classe e repartição da renda no Brasil” (1981) que aponta 48% da população da brasileira como subproletariado em 1976, igualmente identificado por Singer em 2006 (na reeleição de Lula).



mínimos. Outra mudança foi o afastamento, de longo prazo, de parte dos setores médios, sobretudo da classe média tradicional<sup>36</sup> (Singer, 2012).

O realinhamento eleitoral de 2006 inquieta Singer (2018), dado que, na eleição de 1989, Collor foi o escolhido pelos mais pobres em detrimento do candidato metalúrgico. Em trabalhos anteriores do autor sobre comportamento eleitoral em 1989<sup>37</sup>, Singer identifica hostilidade às greves – das quais Lula era protagonista – a partir da concordância da maioria dos participantes com o uso de tropas para conter as ações grevistas. As respostas de concordância eram prevalentes entre participantes de menor renda e o autor interpreta que o conservadorismo, quanto às radicalizações políticas como as greves, diz respeito a vulnerabilidade dos mais pobres que são afetados pelo desemprego ou têm trabalhos informais, sem organização sindical e acesso à direitos trabalhistas<sup>38</sup>. A recusa da desordem social não indica uma característica intrínseca da população mais pobre que, ao contrário, anseia por mudanças sociais, mas aponta que a condição de vulnerabilidade desse grupo que é afetado de modo mais intenso em contexto de instabilidade política.

A partir de 2002, o PT sofre mudanças, expressas na carta ao povo brasileiro<sup>39</sup>, em que ocorre um arquivamento da radicalidade do partido – que pode explicar o processo de realinhamento da base social do eleitorado. Essa postura diverge da proposta de nascimento da legenda partidária que almejava rupturas frente à uma tradição política conciliatória, sendo estabelecido, então, um pacto conservador (Singer, 2012) que implicou na aceitação de políticas antes recusadas, como o superávit primário alto, lei de

---

<sup>36</sup> Fração de classe que se encontra estabelecida há mais de uma geração.

<sup>37</sup> “Esquerda e direita no eleitorado brasileiro” (Singer, 2002).

<sup>38</sup> Condições que impedem a participação na luta de classes e caracteriza o subproletariado.

<sup>39</sup> Carta assinada e lida por Lula na posição de candidato à Presidência da República em um encontro do partido sobre programa de governo em 22 de junho de 2002. O documento é conhecido por se tratar de uma tentativa de diálogo com o mercado financeiro em que Lula expõe a necessidade de superação da crise econômica por via democrática e gradual.

responsabilidade fiscal, juros altos, autonomia do Banco Central, entre outras, que não constavam no programa original petista. Como consequência desse pacto foram estabelecidas reformas lentas e graduais, configurando o lulismo como um modelo caracterizado pela promoção de mudanças por meio do Estado, com a ausência de confrontos.

O projeto do governo Dilma (2011-2016) era dar continuidade ao lulismo, com programas de combate à pobreza, interessante ao subproletariado, sem o confronto com o capital. Em meados de 2011 a crise – iniciada em 2008<sup>40</sup> - volta a se aprofundar, há uma desaceleração mundial das atividades econômicas e o governo Dilma decide executar seu *ensaio desenvolvimentista*<sup>41</sup> (Singer, 2018). O projeto político altera o tripé econômico neoliberal, a fim de produzir um salto qualitativo na economia brasileira, ou seja, superar a crise internacional por meio da reindustrialização do país com distribuição de renda. Não se tratava de um projeto anticapitalista, pelo contrário, era um projeto de desenvolvimento do capitalismo especialmente interessante para a classe trabalhadora e camadas populares.

A redução de juros estava entre tais políticas, entrando em conflito com o núcleo do capital – o capital financeiro –, por meio de uma condução do Banco Central mais próxima ao projeto desenvolvimentista. Entre as medidas constava:

Diminuição dos *spreads* bancários, facilitação de crédito para investimento, aumento do IOF sobre a entrada do capital estrangeiro, desonerações tributárias, adoção do conteúdo nacional como “diretriz de política industrial”, “preferências para produtos nacionais nas compras governamentais” (Singer, 2018, p. 59).

---

<sup>40</sup> Na crise internacional de 2008 Lula dribla o que chamou de “marolinha” a partir da ampliação do mercado interno e dos bancos estatais cumprindo a função de emprestar dinheiro mais barato para a população (Singer, 2012).

<sup>41</sup> Tratou de um ensaio devido sua curta duração (2011-2012) e o caráter desenvolvimentista diz respeito às políticas econômicas desenvolvimentistas implementadas.

A tese de Singer (2018) é de que o experimento desenvolvimentista não deu certo, sobretudo, por um elemento fundamental da proposta que esteve ausente: o investimento dos empresários, o que considera contraditório já que as políticas os beneficiavam<sup>42</sup>. O intervencionismo de Dilma foi caracterizado como temerário e não confiável, em especial, pelo capital financeiro e o que parece ter acontecido foi uma reunificação da burguesia, uma espécie de frente ampla burguesa contra o governo Dilma que recua em sua tentativa de um *reformismo forte*.

Os protestos de junho de 2013 marcam a divisão do governo Dilma em dois períodos: o primeiro, em que a presidenta mantinha alta aprovação popular nas pesquisas, combinado ao sucesso nas eleições municipais de 2012 que fortalecia o lulismo, e o segundo período, pós-junho, com a queda na avaliação de ótimo e bom (de 57% para 30%). Os efeitos dos protestos modelaram a atuação de Dilma “permanentemente na defensiva” (Singer, 2018, p. 99), culminando em decisões questionáveis e muito criticadas na etapa final de sua gestão, até o *impeachment* em 2016.

A fim de garantir a reeleição em 2014, o PT estabelece acordos com diferentes legendas partidárias, atuando a partir do presidencialismo de coalização como prática de governabilidade. A aliança com o PMDB culmina nas duas casas legislativas, Senado e Câmara, sob comando de políticos pemedebistas, o que permitiu indicações do partido para cargos parlamentares, no caso, a indicação de acusados por corrupção – deputado Henrique Alves PMDB-RN como presidente da Câmara dos Deputados e Renan Calheiros PMDB-AL do Senado (Holanda, 2016).

---

<sup>42</sup> Para Singer (2018) as medidas pareciam uma resposta direta ao documento pactuado no primeiro semestre de 2011 por industriais e trabalhadores (assinado pela Fiesp, CUT, Força Sindical, Sindicato do Metalúrgicos do ABC e Sindicato do Metalúrgicos de São Paulo).

Os acordos entre PT e PMBD também desdobraram na concessão de vagas para a Comissão de Direitos Humanos e Minoria ao PSC<sup>43</sup> que acarreta a eleição do pastor evangélico Marco Feliciano para a presidência da comissão. O pastor e deputado era conhecido por declarações racistas e homofóbicas, acusação de estelionato e a defesa da Cura Gay (Holanda, 2016). Rememorar esses episódios é relevante, pois, culminam em protestos em 2013, anteriores aos de junho, que tinham a saída de Feliciano da presidência da comissão como pauta.

As práticas de conchavo da gestão petista estabeleceram tensões, sobretudo, com os movimentos sociais que apontam importantes elementos da atuação da agência governamental que reverberam em junho. Alguns dos efeitos das decisões políticas do governo da situação são pontuados por Holanda (2016):

Ao abrir mão de bandeiras históricas e contemporâneas, promovendo a visibilidade e a ação de setores evangélicos e ruralistas em cargos chave do parlamento, o PT acabou contribuindo para introdução de uma agenda conservadora no país, com retrocessos em relação à política de reforma agrária, à garantia da demarcação das terras indígenas e quilombolas, além de uma agressiva pressão para retirar do Ministério Público os seus poderes de investigar casos de corrupção [PEC 37] (p. 2).

O PT, outrora componente de lutas populares à esquerda, é criticado por enfraquecer os movimentos sociais a partir de sua institucionalização aos mecanismos de participação formais disponíveis, produzindo o apassivamento dos conflitos sociais. Críticas feitas, sobretudo, a partir de perspectivas da esquerda radical, entendem o controle exercido via moderação e política conciliatória de classe, como impeditivo das forças sociais anticapitalistas de reduzirem os níveis de exploração e destruir as estruturas

---

<sup>43</sup> Partido Social Cristão.

que garantem sua existência e manutenção. Como agência governamental, o partido acaba por se tornar “especialista em articular, de um lado, um alto grau de repressão dos trabalhadores por meio da gestão armada da vida social e, de outro, instrumentos de apassivamento dos conflitos de classe via mecanismos democráticos de cooptação das organizações” (Polese, 2017, p 127).

*A hibernação da sociedade civil* (Holanda, 2016) no período pré-junho, parece efeito do controle da agência governamental petista na distribuição de reforçadores por meio de programas sociais como o Bolsa-Família, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Luz para Todos, o aumento do salário-mínimo, de empregos formais e acesso a crédito (Gondim, 2016). As práticas da agência se davam, sobretudo, por reforçamento positivo, tanto na relação com cidadãos, como na relação com a agência econômica, de modo que a política de conciliação garantia a diminuição ou inexistência de contracontrole.

O contracontrole não foi completamente ausente no período da gestão petista. A questão que se coloca é a diminuição da frequência e magnitude de práticas de protesto, sobretudo, de movimentos sociais organizados que outrora defendiam seus interesses confrontando a agência governamental. Não criar condições para o contracontrole era parte da política conciliatória que garantia a estabilidade social para governar, nesse cenário, “práticas coerentes com o ambiente social hegemônico possivelmente seriam encorajadas” (Souza, 2018, p. 57), no caso, práticas coerentes com a ordem capitalista com algumas compensações sociais.

## **2. Caracterizando atores sociais dos protestos de junho de 2013**

Entre junho e agosto de 2013, estima-se que cerca de dois milhões de pessoas, em 483 municípios do país, estiveram nas ruas protestando. As cidades de São Paulo, Rio de

Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre foram os centros urbanos com protestos mais intensos, especialmente São Paulo, que foi palco do primeiro ato pela revogação do aumento da tarifa dos transportes coletivos. No ano de 2013, estimava-se que a população brasileira era composta por cerca de 30,7 milhões de jovens, parcela populacional que mais esteve presente nos protestos iniciados em junho (Gohn, 2014). Jovens de até 25 anos, seguidos de jovens adultos de 26 a 39 anos compunham a base majoritária dos protestos, cerca de 80%, segundo Singer (2018)<sup>44</sup>.

A escolaridade dos participantes registrada indicava maioria de diplomados e universitários. Por outro lado, a renda familiar mensal dos participantes indicava cerca de 50% com remuneração entre dois e cinco salários mínimos<sup>45</sup>. Esse contraste pode apontar a participação de “uma massa de jovens de escolaridade mais alta que a renda, do ponto de vista da alocação de classe – isto é, pertencentes à classe média pela escolaridade, mas à classe trabalhadora pela renda” (Singer, 2018, p. 116). Tal aspecto sustenta a hipótese do autor de que, nos protestos de junho, havia classes cruzadas, ou seja, a composição social era, simultaneamente, da classe média tradicional e da nova classe trabalhadora<sup>46</sup>, e composição minoritária do subproletariado.

No capítulo 1, foram apresentadas práticas de protesto que antecederam as de junho de 2013 com distância temporal de quase três décadas (considerando 1984-2013). Também ocorreram protestos temporal e espacialmente próximos à eclosão de junho, entre eles as “Marchas das Vadias; Marchas da Maconha; greves; ocupações em Universidades; mobilizações de populações atingidas pelas obras da Copa do Mundo; Marcha da Família com Deus; Paradas Livres/ Gays” (Gohn, 2016, p. 135). A despeito

---

<sup>44</sup> Singer (2018) reúne dados do Datafolha, Plus Marketing, Ibope e Innovare coletados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Salvador. As pesquisas foram feitas entre os dias 17/06 e 22/06 de 2013.

<sup>45</sup> Em 2013 o salário mínimo era R\$ 678,00 (Gondim, 2016).

<sup>46</sup> Jovens proletários, de baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho e escolaridade superior aos pais (Singer, 2018).

das pautas e da organização serem distintas, essas mobilizações compõem o ambiente social no qual os protestos de junho emergem.

São muitas as problemáticas da conjuntura política nacional que poderiam estar controlando o comportamento dos indivíduos em protesto, no entanto, a questão que se evidencia, inicialmente, é a pauta do transporte público coletivo. Os protestos pelo aumento da tarifa tratam da temática da mobilidade urbana, que assume especial centralidade em megalópoles, como São Paulo, e ainda que a elevação do preço contestado – de R\$3,00 para R\$3,20 – não abarcasse a totalidade das reivindicações (expressas em cartazes como “não é só por 20 centavos”), o aumento tarifário se configurou como disparador dos protestos organizados pelo MPL.

A adesão de milhares de pessoas aos protestos ampliou a heterogeneidade dos integrantes. Diante da pluralidade, Alonso (2017) identifica três repertórios de confronto: 1. repertório socialista, bastante conhecido por sua constante presença nas ruas, caracterizado por "bandeiras vermelhas, megafones, organização vertical"; 2. repertórios autonomistas, vistos como a novidade de 2013 e descritos a partir do “estilo de vida alternativo (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaços e objetos), organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas e diretas (tática *black bloc*), contra símbolos dos poderes financeiro e político (anticapitalismo, antiestatismo)" (p. 49) e, por último, 3. repertório patriota, menos notado em 2013, caracterizado pela recuperação de símbolos e agendas das Diretas Já (1984) e Fora Collor (1992), apesar de serem agendas distintas. No primeiro caso, estavam em disputa condições básicas da vida urbana, no segundo, o tema da ética na política, a pauta anticorrupção e *pró-impeachment* estavam em jogo.

Os três repertórios, socialista, autonomista e patriota, estiveram em disputa pelo controle dos protestos em 2013, ainda que o socialista e o autonomista estejam à esquerda

no campo político e, portanto, compartilhem perspectivas. As relações entre as frações dos grupos produziram tensões e, para tratar disso com maior detalhamento, serão feitas algumas considerações caracterizando os repertórios, as práticas de protesto e a atuação das agências controladoras nas mobilizações.

### **2.1. Fração socialista: velha conhecida das ruas**

A fração socialista é identificada como os *movimentos* ou *organizações tradicionais* (Holanda, 2016; Alonso, 2017, Perez, 2019) que integraram os protestos mais tarde que os autonomistas e quando compuseram, parte dos movimentos, usaram o momento de visibilidade que os protestos proporcionam para reproduzir pautas históricas defendidas pelas organizações. A inclusão de pautas históricas, por vezes corporativistas (Scherer-Warren, 2014), dos movimentos sociais organizados, é uma estratégia que não garante a participação formalizada dos indivíduos no grupo após os protestos, no entanto, o ambiente social que se estabelece nas mobilizações pode criar condições para que os indivíduos se mantenham no protesto controlados por um princípio ético de exercício da cidadania.

A fração socialista é composta por partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais organizados. Alguns instrumentos tradicionalmente usados por esses grupos são: palanques, trio elétrico, megafones, carro de som e bandeiras das organizações. Há, também, a caracterização do modelo organizativo, predominantemente, verticalizado e burocrático. Nas práticas de protesto, é identificada a presença de “líderes carismáticos ou proeminentes fazendo discursos emocionantes ou que se destaquem como um grande negociador e mediador entre os manifestantes e o poder estatal” (Holanda, 2016, p. 04).



## 2.2. Fração autonomista: novidade de 2013

A fração autonomista é composta pelo MPL, movimento que tem a tarifa zero como principal pauta e sua organização se dá a partir da horizontalidade, autonomia, independência e apartidarismo. O MPL surge no Fórum Social Mundial de 2005 e compõem parte de um movimento global de recusa às organizações tradicionais (Gondim, 2016; Alonso, 2017). No entanto, isso não quer dizer que o grupo rejeite alianças, pelo contrário, nos protestos de 2013, partidos como o PSOL, PSTU, MTST<sup>47</sup> e o Sindicato dos Metroviários foram aliados dos protestos convocados pelo MPL. A participação dos grupos era limitada quanto ao poder decisório dos protestos em uma tentativa do MPL de garantir autonomia, já que os objetivos e estratégias nem sempre coincidiam (Judensnaider et. al, 2013).

Também compõem a fração autonomista os *Black Blocs*, termo que designa uma tática de ação direta, mas também é usado para nomear os grupos de indivíduos que fazem uso da tática. A partir de uma organização estratégica descentralizada, a tática *Black Blocs* é adotada, sobretudo por anarquistas, como “linha de frente nos movimentos de massas com pessoas vestidas de forma padronizadas (sempre preto e com rosto coberto). O bloco é responsável pela defesa dos demais manifestantes contra a violência direta e coercitiva do Estado, representada pela polícia” (Moraes & Vieira, 2017, p. 180).

Ambos os grupos, MLP e *Black Blocs*, recuperam elementos do anarquismo<sup>48</sup> e são caracterizados pela

deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário

---

<sup>47</sup> Partido Socialismo e Liberdade, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

<sup>48</sup> Junho de 2013 é considerado um marco no retorno do anarquismo as ruas (ver Moraes & Vieira, 2017).

preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática *black bloc*), sobrepondo expressão artística e política (Alonso, 2017, p. 51).

A organização a partir da horizontalidade e desburocratização parece ser compatível com preceitos skinnerianos sobre o exercício do controle imediato e efetivo. Skinner (1978) critica contingências institucionalizadas, sobretudo pela agência governamental, que estabelece comportamentos de obediência a partir da coerção e, como estratégia alternativa, propõe o fortalecimento do controle face a face. O controle face a face seria um controle social *das pessoas pelas pessoas* em que se estabelece maior sensibilidade aos efeitos do comportamento interpessoal, sem as mediações institucionais baseadas no controle aversivo.

O MPL e os *Black Blocs* compartilham da descrença skinneriana nas instituições, atuando alinhados à prática do controle face a face, uma vez que, assim como na ação direta, nessas práticas “vigoram relações de poder sobre as quais temos mais controle do que sobre as relações de poder que vigoram nas agências de controle” (Abib, 2015, p. 90).

### **2. 3. Fração patriota: passado verde-amarelo**

A fração patriota, minoritária nos protestos de 2013 (Alonso, 2017), é composta por participantes de orientação político-ideológica que oscila entre o liberalismo e o conservadorismo, rejeitam instituições políticas e partidos, sobretudo o PT, que atrelam à corrupção. A fração patriota se identifica com símbolos nacionais como a bandeira e o hino.

Gondim (2016) aponta que a identificação com símbolos nacionais nos protestos de junho era compartilhada “tanto por aqueles que não conseguiam expressar sua indignação de forma mais específica (‘todos unidos por um Brasil melhor’), como por pessoas conservadoras” (p. 12). E, diferentemente da esquerda, com presença constante

nas ruas desde a redemocratização, a direita não compunha protestos expressivos desde 1964, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que antecedeu o golpe civil-militar (Gondim, 2016).

A fração patriota é a principal fortecedora da pauta antipetista incorporada nos protestos de junho de 2013 e se desdobra em grupos como o Vem pra Rua, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados On Line. Esses grupos tinham em comum o patriotismo e a pauta da anticorrupção e se tornam fortes mobilizadores dos protestos pelo *impeachment* da presidenta Dilma em 2015-2016 (Alonso, 2017).

### **3. Práticas de protesto e agências controladoras**

A mobilidade urbana, pauta central do MPL, é alvo de histórica insatisfação popular no Brasil. Desde o período da monarquia, tem-se registro de protestos relativos ao transporte público, como a Revolta do Vintém (1879-1880), o quebra-quebra de ônibus e bondes em São Paulo (1947) e seguem inúmeras<sup>49</sup> revoltas contra o aumento da tarifa nos anos 2000. O transporte está entre os três maiores gastos no orçamento das famílias, (18,1%), superando os gastos com a alimentação (17,5%) e afetando, sobretudo, as famílias de baixa renda (POF/IBGE, 2019)<sup>50</sup>, o que aponta a relevância social da pauta do transporte coletivo.

Os protestos de junho ocorrem com o país sob governo de um partido (PT) que, desde sua formação, tinha compromissos com o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Gondim (2016) destaca avanços institucionais quanto à questão urbana na gestão Lula, como “a criação do Ministério das Cidades (MC) e programas de capacitação e financiamento para a elaboração, pelos governos locais, de planos diretores

---

<sup>49</sup> “Revoltas da Catraca” em Florianópolis (2004 e 2005); mobilizações em Vitória (2005), Brasília (2009), São Paulo (2009, 2011), Teresina (2011) e Porto Alegre (abril de 2013) (Movimento Passe Livre, 2013).

<sup>50</sup> Pesquisa do Orçamento Familiar (2019): <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>

participativos” (p. 08), no entanto, para lidar com a crise do mensalão, opera-se a troca do ministro Olívio Dutra (petista comprometido com o MNRU), o que enfraquece o ministério.

A questão do transporte compõe o ambiente social que precedeu os protestos, sobretudo a partir do pedido de Dilma, feito em 15 de janeiro de 2013<sup>51</sup>, aos governos de São Paulo e do Rio de Janeiro para que adiassem o reajuste da tarifa dos ônibus. O adiamento era para evitar que a inflação chegasse a 1% naquele mês. Os prefeitos (Fernando Haddad PT-SP e Eduardo Paes PMDB-RJ), então, seguraram o reajuste e o que poderia ter sido feito em janeiro – período de férias escolares/universitárias, com probabilidade reduzida de mobilização social – acontece em junho: o aumento da tarifa do transporte público e o início dos protestos.

Abaixo serão descritas algumas práticas de controle e contracontrole nos protestos de junho de 2013.

**Tabela 4 – Contracontrole em práticas de protesto**

<b>Contracontrole dos grupos em protestos</b>
Bloqueio de vias centrais das cidades; marchas por lugares estratégicos como a frente de prédios da prefeitura ou governo do Estado, prédios de grandes grupos de comunicação e praças centrais;
Uso de armas químicas como coquetel molotov;
Queima de pneus, barricadas com lixos e lixeiras;
Depredação de prédios públicos e privados, como a quebra de janelas, vidraças e pichações.

**Tabela 5 – Controle da agência policial e midiática em práticas de protesto**

<b>Controle policial</b>	<b>Controle midiático</b>
Dispersão de protestos com uso de armas menos letais, como bomba de efeitos moral, canhão sônico, bomba de gás lacrimogêneo, arma <i>teaser</i> , arma de bala de borracha, jatos d’água;	Registro audiovisual de episódios de violência e outras práticas que têm alta desaprovação social;

<sup>51</sup> “Dilma pede, e SP e Rio congelam a tarifa de ônibus para conter inflação”: <https://br.financas.yahoo.com/noticias/dilma-pede--e-sp-e-rio-congelam-a-tarifa-de-%C3%B4nibus-para-conter-infla%C3%A7%C3%A3o--104109734.html>

Coerção de manifestantes por meio da força física, uso de cacetete, <i>spray</i> de pimenta; algemamento e arma de fogo;	Priorização da perspectiva da agência governamental ou policial em registros (textuais, fotográficos etc.) dos protestos;
Inserção de polícias à paisana em protestos para obter informação e/ou estimular práticas.	Caracterização dos protestos, ou de alguns grupos, a partir de valores morais da própria agência.

O controle e contracontrole descritos nas tabelas ocorreram, em maior ou menor grau, na maioria dos protestos durante o mês de junho, sobretudo das grandes capitais. Os protestos consistem na ação de grupos distintos que apresentam topografias específicas relativas ao que demandam e/ou denunciam, assim, podem congregam diferentes formas e objetivos, a depender das frações dos grupos integrantes. O grau de aversividade que os protestos estabelecem às agências controladoras, que têm responsabilidade direta pelo que é demandado e/ou denunciado, pode garantir a obtenção do reforço ou a coerção da prática. Em São Paulo, por exemplo, a obtenção da redução da tarifa do ônibus só ocorreu após 14 dias consecutivos de protestos (6 de junho a 19 de junho) e de repressão policial.

Protestos mantidos por reforçamento positivo para integrantes e que não são aversivos para as agências controladoras parecem não produzir efeitos em relação às demandas dos grupos e caracterizar uma espécie de reunião ou celebração coletiva. Não foi o caso dos protestos de junho de 2013, a emergência da prática inesperada, com topografias variadas (inclusive violentas) congregadas e a não disposição ao diálogo ou negociação com a agência governamental, aumentou a aversividade da prática à agência policial.

O controle coercitivo da polícia não garantiu a redução de novas emissões dos comportamentos conseqüenciados de modo violento e teve como efeito o aumento de participantes nas ruas a cada protesto (Vianna, 2013; Tatagiba, 2014); Scherer-Warren, 2014; Holanda, 2016; Gondim, 2016) e, conseqüentemente, uma extensão do controle aversivo. Em Porto Alegre, por exemplo, a Brigada Militar lançou mão de estratégias para

evitar ou amenizar o “quebra-quebra” por meio do aumento de policiais (civis e militares) e o uso do serviço de inteligência com policiais disfarçados (denominados de P2) que monitoraram pessoas potencialmente fomentadoras de violência. No protesto de 24 de junho, foram disparados tiros de bala de borracha e usado armas *taser*, armamentos que não estiveram presentes nos dias anteriores. Por fim, 83 manifestantes foram presos e 5 tiveram ferimentos leves (Fernandes & Câmara, 2018).

As variáveis emocionais manipuladas pela agência midiática acerca dos protestos contribuíram para produzir perspectivas conflitantes não só na população, mas também entre os grupos. Conforme relata Tatagiba (2014), os termos usados para tratar dos manifestantes estabelecia conflitos, uma vez que “a mídia hegemônica tratou de pautar nos seus termos a guerra das cores: “vândalos” e “baderneiros” (os que trajam preto), “oportunistas” (com suas bandeiras vermelhas) e os brasileiros “ordeiros e pacíficos (com seus trajes verdes e amarelos)” (p. 43). Essa classificação moral estabelecida pela agência midiática colaborou para a tensão intragrupos, reverberando na hostilização de partidos de esquerda e dos *Black Blocs* nos protestos, implicando em agressão física e queima de bandeiras dos coletivos e partidos.

A distinção entre os manifestantes também pode ter influenciado na relação que a agência policial estabeleceu com as frações dos grupos, uma vez que as agências têm relações distintas com os movimentos sociais, a depender do alinhamento do grupo ao consenso político vigente. Protestar “democraticamente”, de forma “ordeira e pacífica”, não produz as mesmas consequências de protestar fazendo uso de violência, uma vez que a última está em desacordo com um dos procedimentos controladores da agência governamental: a lei. No limite, as agências policial e midiática podem estar alinhadas de tal modo que a prática de uma seja legitimada socialmente pela outra.

Algumas situações emblemáticas envolvendo a agência midiática foram os comentários de jornalistas como Arnaldo Jobor (Rede Globo), que acusou as ações diretas de “atos de vandalismos” e, ainda, estabeleceu comparações entre os integrantes dos protestos e a maior facção criminosa de São Paulo. Programas policiais, como “Brasil Urgente”, apresentado por José Luiz Datena (TV Band), também contribuíram com coberturas sensacionalistas, manipulando variáveis emocionais geradoras de medo na população e estimulando a violência policial para a supressão dos protestos (Fernandes & Câmara, 2018). A mídia, ao fazer descrições a partir da tipificação de crimes que orienta a prática da agência policial, denota a relação de influência que uma agência tem sob a outra. Assim, o que é veiculado pelos grupos de mídia atua como estímulos para telespectadores darem legitimidade e apoio às práticas policiais nos protestos e em ambientes sociais similares.

A detenção da informação como prática controladora que fortalece a agência midiática (Silva, 2010) foi desafiada pelo denominado midiativismo que ganha projeção em 2013, sobretudo as redes progressistas de informação desvinculadas dos meios de comunicação de massa hegemônicos. A formação de grupos que entendem a comunicação como valor democrático a ser encampado é decorrente de reivindicações históricas do Movimento pela Democratização da Informação no Brasil (Scherer-Warren, 2014). No caso de junho de 2013, a rede de informação Mídia Ninja surge e se destaca pela extensa cobertura dos protestos, ao vivo e de diferentes pontos de vista, a forma de registro e veiculação da comunicação permitiu “uma perspectiva mais próxima dos movimentos que ocuparam as ruas” (Scherer-Warren, 2014, p. 420-421) e a distribuição por um meio não tradicional, a rede social *Facebook*.

A veiculação de informações e imagens sobre os protestos nas redes sociais digitais foi um contraponto ao controle da agência midiática, no entanto, usuários não

detêm o controle técnico e econômico da mídia digital, assim como o público dos meios de comunicação de massa (Gondim, 2016). Isso quer dizer que, a despeito das práticas do midiativismo terem sido relevantes para ampliar a perspectiva acerca dos protestos e disputar a opinião pública, ainda se tratava de um meio de comunicação controlado por grandes corporações, uma subagência controladora que impõe limites por meio da manipulação de seus instrumentos tecnológicos.

A rede social digital se caracteriza por um ambiente de alta probabilidade de obtenção de atenção e aprovação social a partir publicização de textos e imagens à comunidade participante da rede. Scherer-Warren (2014) observou comportamentos sociais de alguns jovens nos protestos, de Florianópolis, que “buscavam a posição mais adequada fotograficamente e, com pose, solicitavam a uma amiga fazer a foto ou se autofotografavam” (p. 424) e publicavam as imagens em redes sociais (ainda estando no protesto ou no retorno para a casa).

Os protestos de junho de 2013 produziram diversas consequências nas relações diretas entre grupos e agências controladoras, como as tratadas acima, e também consequências de longo prazo que provocaram impactos culturais mais profundos no país. Essas consequências serão discutidas no próximo capítulo.



## Capítulo 3

### Consequências culturais e democracia

Este capítulo apresentará as consequências de longo prazo que decorreram dos protestos de junho de 2013 somadas às discussões que o fenômeno produziu em torno da democracia e suas instituições, assim como os impactos que os protestos produziram no cenário político brasileiro. Serão apresentadas, também, algumas noções de integrantes de grupos dos protestos acerca da democracia e, por último, considerações acerca da seleção de práticas de protesto no sistema democrático.

#### 1. Consequências e efeitos pós-junho de 2013

Ao fim do ciclo de protestos de junho, foram contabilizadas 2.608 prisões, 7 mortes e uma série de estratégias repressivas com alto grau de letalidade por parte da agência policial, como “o uso de arma de fogo, sequestro e ameaças e mesmo a morte de manifestantes” (Fernandes & Câmara, 2018, p. 390). Ocorreram ações pontuais da agência policial que não envolviam o controle aversivo, como a entrega de folhetos informativos pedindo paz nos protestos em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, no entanto, essas ações não configuraram um padrão mantido pelas polícias de todas as cidades que tiveram protestos.

Segundo o portal Olhar Direto (2013)<sup>52</sup>, o folheto da Polícia Militar do Rio de Janeiro pedia: "no ato de se manifestar, evitem aderir a movimentos destrutivos que nada acrescentam ao debate democrático", a agência tentava estabelecer uma forma específica de protesto, a pacífica, e compatibilizá-la com a democracia. Ao identificar o descumprimento da prescrição comportamental, a agência punia a inadequação dos

---

<sup>52</sup> “PM distribui 20 mil panfletos no Rio pedindo paz aos participantes da passeata”: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=326197&noticia=titulo>

indivíduos acabando por comprometer o que descreveu no folheto como maior valor defendido, “a proteção à vida”. O Artigo 19 (2014) aponta que o uso de armas menos letais e letais não só foi rotineiro em 2013, como foi feito de forma indiscriminada e desproporcional pela polícia.

As diferenças intragrupos, marcadas, especificamente, por práticas violentas, criaram condições para a emergência de debates acerca da tensão entre violência e democracia. Nesse sentido, Scherer-Warren (2014) indaga: “qual é o limite para a violência nos protestos, nos parâmetros da democracia, ou seja, que possa ser caracterizado como resistência ativa ou desobediência civil, sem ultrapassar os limites da convivência democrática?” (p. 420). Parece residir no questionamento a ideia de democracia como um ambiente social ausente de conflitos ou com conflitos minimizados. Não é possível atestar que a violência nos protestos foi determinante para os efeitos produzidos, no entanto, foi a partir dos consecutivos protestos, com práticas violentas, que se obteve consequências significativas na dinâmica da democracia brasileira.

Abaixo são pontuadas algumas das consequências institucionais com efeitos de longo prazo no cenário político.

**Tabela 6 – Consequências institucionais**

Reversão do aumento das tarifas dos transportes públicos no Rio de Janeiro e São Paulo e inibição do anúncio de outros aumentos em várias capitais;
Criação de CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) do transporte público em quatro cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Maringá;
Prefeito Fernando Haddad (PT-SP) cancela uma bilionária licitação de ônibus prometendo discutir com a população as regras e as planilhas dos custos;
A presidenta Dilma faz um pronunciamento em cadeia nacional, no dia 21 de junho, propondo cinco pactos a partir das demandas dos protestos:

1) pacto pela responsabilidade social (controle de gastos para garantir a estabilidade fiscal); 2) pacto pela saúde (aceleramento dos investimentos já contratados em UPAs<sup>53</sup> e unidades básicas de saúde; investimentos para garantir o atendimento médico nas regiões mais vulneráveis e na impossibilidade contratar médicos estrangeiros); 3) pacto pela educação (aplicação de 100% dos royalties do petróleo para educação e 50% dos recursos do pré-sal); 4) pacto pela mobilidade urbana (ampliação da desoneração do PIS<sup>54</sup> e COFINS<sup>55</sup> sobre o óleo diesel para ônibus e energia elétrica consumida por metrô e trens; criação do Conselho Nacional de Transporte Público com participação da sociedade civil); 5) pacto pela reforma política (convocação de plebiscito para realização de uma Assembleia Constituinte Exclusiva para definir uma reforma política);

Veto da PEC 37, Proposta de Emenda à Constituição que visava impedir que o Ministério Público promovesse investigações criminais próprias, deixando o poder para tal exclusivo da polícia.

As informações da tabela são mencionadas por Holanda (2016).

### 1.1. Criminalização das práticas de protesto

Após a eclosão dos protestos, o Poder Legislativo passou a elaborar medidas restritivas ao direito de protesto. Ainda em 2013, mais de 15 projetos de lei com "tipificação do vandalismo, do terrorismo, criminalização do uso de máscaras em protestos, aumento das penas para crimes como dano ao patrimônio, além de projetos de regulamentação geral do direito de manifestação" (Artigo 19, 2018, p. 17) foram apresentados no Congresso Nacional.

Ocorreu o aumento das propostas elaboradas em 2013 para mais de 70 projetos e, em meio às várias medidas de restrição ao direito de protesto, a tipificação do terrorismo como prática associada com as ações dos movimentos sociais era predominante. Em 2016, um projeto de iniciativa da Presidência da República é aprovado e torna-se a Lei 13.206/2016, conhecida como Lei Antiterrorismo, medida tomada com baixa participação social. Curiosamente, Dilma, que no passado foi uma insurgente na luta política contra a ditadura civil-militar, acaba por sancionar uma lei que abre caminho para a criminalização

<sup>53</sup> Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

<sup>54</sup> Programa de Integração Social (PIS).

<sup>55</sup> Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

dos movimentos sociais. Como representante da agência controladora, a presidenta age para a manutenção da própria agência, exercendo controle por meio da especificação de comportamentos indesejados, com prescrição de punições severas para o descumprimento da regra, procedimentos que serão aplicados por subagências.

Aspectos problemáticos contidos na redação da Lei 13.206/2016, como “a motivação política ou ideológica para o crime de terrorismo e a criminalização da ‘apologia ao terrorismo’ foram duramente criticados” (Artigo 19, 2018, p. 17) e, ao fim, retirados do texto. No entanto, as disputas internas da agência governamental se mantêm por parte de grupos que querem especificar na lei como terrorismo as práticas de movimento sociais (PL 9604/2018<sup>56</sup> e PL 9858/2018<sup>57</sup>).

## **2. Os limites democráticos**

É difícil entender a democracia como um tipo específico de governo, uma vez que, ao longo da história, governos bastante distintos entre si já foram igualmente nomeados de democracia. No caso do mundo grego, escravidão e democracia não eram excludentes, e essa convivência entre práticas contraditórias dificilmente seria admitida como democracia contemporaneamente (Markoff, 2013; Mendonça, 2018).

Os protestos contemporâneos colocam em questão a noção de democracia, seja por ocorrerem sob Estados ditos democráticos, seja por reivindicarem a democracia ou seu aprofundamento. Mendonça (2018, p. 02) destaca quatro razões pelas quais os protestos trazem a democracia para a discussão: 1) “contestam práticas democráticas e instituições vigentes”, como a representação política, a existência de partidos etc., 2) há

---

<sup>56</sup> Dispõe sobre o abuso do direito de articulação de movimentos sociais, destinado a dissimular atuação terrorista (autoria de Jerônimo Goergen - PP/RS).

<sup>57</sup> Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a atividade terrorista de movimentos sociais (autoria de Rogério Marinho - PSDB/RN).

o questionamento da ideia de democracia por grupos de esquerda e direita, 3) ações heterogêneas e antiéticas são praticadas “em nome da democracia” e 4) os protestos poderiam revigorar a democracia.

Entre o fim de 2014 e início de 2015, foi feita uma pesquisa com membros<sup>58</sup> de coletivos de São Paulo e Belo Horizonte que participaram dos protestos de junho de 2013, a fim de mapear a compreensão de democracia dos participantes. Por meio de um questionário amplo a respeito dos protestos, dos grupos participantes e das disputas, foi analisado como o termo democracia e suas derivações eram retratados a partir das seguintes dimensões:

(1) autorização popular para o exercício do poder político; (2) participação e autogoverno; (3) monitoramento e vigilância sobre o poder político; (4) promoção da igualdade e defesa de grupos minorizados; (5) competição política e pluralismo; (6) discussão e debate de opiniões; (7) defesa do bem comum. (Mendonça, 2018, p. 03)

A respeito da dimensão *autorização popular para o exercício do poder político*, as respostas evidenciaram a descrença nas eleições e no regime político democrático, entendido como autoritário e aparato de dominação. A dimensão *participação e autogoverno* congregou falas que ressaltavam “a importância da democracia direta e de práticas horizontais de autogestão” (Mendonça, 2018, p. 12). A respeito da *promoção da igualdade e defesa de grupos minorizados*, foram feitas críticas às desigualdades apontadas como uma fragilidade da democracia e pontuado a defesa de direitos como agenda fundamental nesse sistema. Acerca da *competição política e pluralismo*, há falas

---

<sup>58</sup> Participaram 59 pessoas, 39 do sexo masculino e 20 do sexo feminino, com idade média de 28,7 anos e a profissão (ou ocupação) das pessoas entrevistadas eram: programador, jornalista, MC, motoboy, estudante, eletricista, antropólogo, marceneiro, professora, técnico, administrativo, musicista, desempregado, advogado, religioso, historiador, ator, escritor, sociólogo. A maioria dos indivíduos se identificavam como “de esquerda”.

elogiosas à pluralidade nos protestos e críticas as tentativas de suprimir a dissonância, seja pela repressão estatal ou hostilidade intragrupos. Sobre a dimensão *discussão e debate de opiniões*, foi identificada a defesa do direito de expressão e a dimensão *defesa do bem comum* reuniu falas que entendem como papel da democracia a capacidade de propiciar serviços adequados à coletividade.

A crítica às instituições e a representação política feitas por participantes dos protestos são corroboradas por Skinner (1978), que critica a concentração de controle delegado às instituições e a ilusória restrição dos mecanismos de regulação da representação. Nas palavras do autor:

quando delegamos o controle das pessoas a instituições políticas e econômicas renunciamos ao controle face a face de um governo equitativo das pessoas pelas pessoas, e é um erro supor que o resgatamos restringindo o escopo daqueles a quem delegamos tal poder. (p. 09).

A alternativa a assimetria de poder entre indivíduos e agências controladoras, o controle face a face, também aproxima Skinner (1978) da perspectiva de grupos dos protestos de junho que defendem a democracia direta e a horizontalidade como modo de organização política. O sistema democrático representativo, por seu turno, contrapõe-se às perspectivas de controle direto horizontal, ainda que se valha de mecanismos de participação social em determinadas esferas, o aspecto definidor do sistema é a existência das agências controladoras como legítimas e garantidoras da manutenção de relações assimétricas e exploratórias.

As agências garantem a sua sobrevivência por meio da difusão de práticas culturais alinhadas aos seus valores. Nesse sentido, o sistema democrático, não só é incompatível com as perspectivas e pautas de frações dos protestos de junho de 2013, como as suprimiu. Reforçar práticas de protesto de grupos contrários ou críticos à

democracia é danoso para a própria agência governamental, o que quer dizer que o ambiente social democrático não selecionará práticas de grupos autonomistas, por exemplo, uma vez que se contrapõem aos valores vigentes na cultura, como a defesa das instituições e a negociação política. Valores entendidos como democráticos defendidos pelas agências, como pacifismo, lei e ordem social, também foram defendidos por frações dos grupos nos protestos, o que contribui para o enfraquecimento de práticas contrárias aos valores difundidos.

O papel das agências controladoras, como grupos altamente organizados, é de estabelecer modos de governo, de educação, de lazer, de sistema econômico etc., característicos aos seus valores garantindo, assim, sua perpetuação. Esses controles cotidianos tem efeitos no modo como as pessoas se relacionam com o mundo, ou seja,

o comportamento humano está sob o controle de mediações realizadas pelas agências de controle, o que significa dizer que as relações de nosso comportamento com a realidade são mediadas por terceiros, por intermediários, velando-se, desse modo, as possibilidades de nossas relações diretas com a realidade. O controle exercido pelas agências é uma forma de poder assimétrico que pode tudo ou quase tudo sobre nós. (Abib, 2015, p. 85).

A mediação feita pelas agências controladoras estabelece o ambiente social impondo práticas culturais alinhadas aos seus valores, que deixam de ser somente “uma variação a ser testada por seu valor de sobrevivência” (Skinner, 1987a, p. 30-31). No caso da disputa política que práticas de protestos evidenciam, parece que o ambiente social acaba por selecionar práticas que não ameaçam a existência do Estado, da ordem capitalista, do consenso e da política sem conflito. Ainda que protestos provoquem instabilidade social, em maior ou menor grau, no contexto sociopolítico brasileiro, as práticas de protesto de 2013 apresentaram variações que desafiaram o modo como as

agências operavam negociações com integrantes de protestos nos últimos anos. O controle imediato da prática se deu pela coerção policial e descrições midiáticas condenatórias, posteriormente, o controle se deu por meio de legislação restritiva e propostas – ainda em processo - de criminalização de práticas de protesto.



### **Considerações finais**

Entender os protestos de junho de 2013 como prática cultural, a partir da estrutura da contingência cultural de três termos, possibilitou contemplar a dimensão coletiva do comportamento e antecedentes culturais de temporalidade estendida na análise. Foi possível, então, identificar práticas de protesto passadas em que parte do repertório comportamental foi semelhante em junho de 2013, como a organização horizontal, táticas de ação direta e grupos disputando símbolos nacionais do país. Por outro lado, as especificidades do contexto sociopolítico em 2013 criaram condições para que as práticas de protesto se caracterizassem como uma novidade, devido à combinação de elementos, à frequência e à aversividade que estabeleceu no ambiente social.

Acionar os conceitos de agência controladora e contracontrole foi especialmente relevante para a analisar o sistema social complexo de disputa de interesses entre os grupos, o poder concentrado das agências e os efeitos do exercício do controle em contextos de protesto. Foi identificada a colaboração entre as agências policial e midiática por meio da veiculação de descrições dos indivíduos como vândalos e desordeiros, assim, a mídia atribuiu valores morais aos integrantes que não só provocavam desaprovação social, como respaldavam a perspectiva da polícia. Os meios de comunicação de massa, logo, alinhados com a agência policial, contribuíram para legitimar práticas de controle repressivo das polícias na tentativa de reduzir o contracontrole.

A identificação das frações socialista, autonomista e patriota foi parte importante para analisar os conflitos intragrupos em protestos. As perspectivas político-ideológicas distintas dos grupos produziram conflitos entre integrantes, sobretudo, indivíduos que se opunham à participação de partidos e que rejeitavam práticas de violência. Isso quer dizer que havia disputa pelo controle dos protestos intragrupos, implicando na hostilidade de grupos organizados de esquerda, somando-se ao controle exercido pelas agências policial

e midiática, complexificando, assim, as relações de controle e contracontrole.

As consequências produzidas, como prisões e mortes nos protestos, bem como a legislação restritiva do direito de protestar, sancionada posteriormente, evidenciam o poder das agências controladoras sobre os controlados. A polícia e a lei compuseram práticas de controle da agência governamental na dispersão de grupos e tentativa de eliminação de práticas de protesto sob pretexto da defesa de valores democráticos, os quais integrantes estariam comprometendo. Nesse sentido, o ambiente social – majoritariamente sob domínio das agências controladoras – não seleciona práticas contrárias aos seus valores e que ameaçam a ordem social vigente.

Há muitas maneiras de se analisar fenômenos sociais complexos e esta pesquisa teve como estratégia metodológica a interlocução entre a Análise do Comportamento e a Sociologia Política para analisar os protestos de junho de 2013. Os atores sociais envolvidos no fenômeno foram identificados a partir das noções de agências controladoras e contracontrole. O contexto sociopolítico foi caracterizado em termos de contingências culturais antecedentes e os efeitos dos protestos foram entendidos a partir de consequências culturais imediatas e postergadas. Esse itinerário buscou contemplar a estrutura da contingência cultural de três termos de modo a entender o protesto como uma prática cultural que é transmitida entre gerações.

O percurso seguido neste trabalho pode ser testado em análises dos protestos que voltaram a ocorrer em 2014 (contra a Copa do Mundo), 2015 e 2016 (pelo *impeachment* da presidenta Dilma), de modo a identificar: (i) variações nas práticas de protesto, (ii) relações estabelecidas entre grupos e a agência policial, (iii) a participação das frações socialista, autonomista e patriota nos cenários políticos específicos e (vi) a manutenção ou ausência de práticas de ação direta e horizontalidade.

## Referências

- Abib, J. A. D. (2015). Skinner, democracia e anarquia. In: Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2015). *Cultura, democracia e ética: reflexões comportamentalistas*. Maringá: Eduem.
- Alonso, A. (2017). A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos Cebrap*, 37(1), 49-58.
- Alonso, A., & Mische, A. (2017). Changing repertoires and partisan ambivalence in the new brazilian protests. *Bulletin of Latin American Research*, 36(2), 144-159. doi:10.1111/blar.12470
- Andery, M. A. P. A.; Micheletto, N. & Sério, T. M. de A. P. (2004). Publicações de B. F. Skinner: de 1930 a 2004. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(1), 93-134.
- Andery, M. A. P. A. (2010). Métodos de pesquisa em análise do comportamento. *Psicologia*. USP, 21, 313-342.
- Artigo 19. (2014). Protestos no Brasil 2013. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/>>
- Artigo 19. (2018). 5 anos de junho de 2013. Disponível em: <<https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/04/5-Anos-de-2013.pdf>>
- Azoubel, M. S. (2019). Análise do comportamento para além do rótulo de ciência natural. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 21(2), 232-245.
- Azoubel, M. S. (2020). Como Planejar e Executar buscas na Literatura Científica. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 10(2), 256-266. <https://doi.org/10.18761/PAC.2019.v10.n2.05>
- Brown, W. (2018). *Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Trad. Juliane Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie Edições.
- Bringel, B. & Muñoz, E. E. (2010). Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, 46(1), 28-36.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora Unesp. (Obra original publicada em 1998).
- Carrara, K., & Zilio, D. (2015). Análise comportamental da cultura: Contingência ou metacontingência como unidade de análise? *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 11(2), 135-146.
- Carrara, K. (2016). Consequências nas práticas culturais: efeitos sobre indivíduos ou grupos. *Revista Interação em Psicologia*, 20(3), 246-256.

- Chauí, M. (2020). O totalitarismo neoliberal. *Anacronismo e Irrupción*, 10(18), 307-328.
- Donadon, J. A. (2016). *Manifestações de junho de 2013: análise da atuação dos movimentos sociais e antissistêmicos*. Dissertação. Universidade de Brasília, Brasília.
- Fernandes, D. M., Carrara, K., & Zílio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. *Acta comportamentalia*, 25(2), 265-280.
- Fernandes, G. E. & Câmara, G. G. (2018). Policiamento a eventos de protesto no Brasil: repertórios e modelos policiais no ciclo de protestos de Junho de 2013 na cidade de Porto Alegre. *Política & Sociedade*, 17(39), 368-395.
- Fernandes, S. (2019). *Sintomas mórbidos: A encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Glenn, S. S., Malott, M. E., Andery, M. A. P. A., Benvenuti, M., Housmanfar, R., Sandaker, I., et al. (2016). Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. *Behavior and Social Issues*, 25, 11–27. <https://doi.org/10.5210/bsi.v25i0.6634>.
- Glenn, S. S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. *Behavioral Analysis and Social Action*, 5(1-2), 2-8. <https://doi.org/10.1007/bf03406059>.
- Gohn, M. G. (2000). 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações*, 5(1), 11-40.
- Gohn, M. G. (2008). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola. (Obra original publicado em 1997).
- Gohn, M. G. (2014). *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gohn, M. G. (2016). Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, 16(47), 125-146.
- Gohn, M. G. (2018). Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, 31(82), 117-136. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000100008>.
- Gondim, L. M. P. (2016). Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. *Polis*, 44. <http://journals.openedition.org/polis/11944>.
- Gusso, H. L. & Kubo, O. M. (2007). O Conceito de cultura: Afinal, a “jovem” metacontingência é necessária? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9, 139-144. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v9i1.151>.

- Gusso, H. L. (2019). O servidor público diante de políticas inconstitucionais: organização, estado, poder, estabilidade e controle social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 21(4), 524-543. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v21i4.1379>.
- Harding, S. (2019). Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. *Revista Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciências*, 5, 143-162.
- Holanda, F. U. X. (2016). A revolta dos insubmissos no jogo das manifestações de rua no Brasil. *Polis (Santiago)*, 15(44), 415–433. <https://doi.org/10.4067/s0718-65682016000200019>.
- Holland, J. G. (1983). Comportamentalismo: parte do problema ou parte da solução? *Psicologia*, 9(1), 59-75.
- Holland, J. G. (1974/2016). Os princípios comportamentais servem para os revolucionários? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 104-117. (Obra original publicado em 1974).
- Holpert, E. C. (2004). Questões sociais na análise do comportamento: artigos do Behavior and Social Issues (1991-2000). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(1), 1-16.
- Judensnaider, E.; Lima, L.; Ortellado, P. & Pomar, M. (2013). *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta.
- Laurenti, C. (2014). Crítica à neutralidade científica e suas consequências para a prática científica em psicologia. In: Haydu, V. B.; Fornazari, S. A.; Estanislau, C. R. (Org.). *Psicologia e análise do comportamento: conceituações e aplicações à educação, organizações, saúde e clínica*. Londrina: UEL, 13-28.
- Laurenti, C., Lopes, C. E., & Araujo, S. F. (2016). Introdução: A necessidade da pesquisa teórica em psicologia. Em C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araújo (Orgs.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 7-13). São Paulo: Hogrefe CETEPP.
- Lopes, C. E. (2014). Uma discussão sobre a concepção de ciência no livro Science and Human Behavior. In: Haydu, V. B.; Fornazari, S. A.; Estanislau, C. R. (Org.). *Psicologia e análise do comportamento: conceituações e aplicações à educação, organizações, saúde e clínica*. Londrina: UEL, 60-41.
- Ludd, Ned (Org.). (2002). *Urgência das ruas: Black Block, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. Coletivo Sabotagem.
- Markoff, J. (2013). Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. *Sociologias*, Porto Alegre, 15(32), p. 18-50.
- Massey, D. (2002). Globalisation: what does it mean for geography. *Geography*, 87(4), 293-296.

- Mendonça, R. F. (2018). Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(98), 01-23.
- Moraes, A. et al. (2014). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: FES.
- Moraes, I. A.; Vieira, F. A. C. (2017). As Jornadas de junho de 2013 no Brasil: anarquismo e tática Black Blocs. *Revista de Ciências Sociais*, 7(2), 165-198.
- Mouffe, C. (2015). *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Nobre, M. (2013a). *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das letras.
- Nobre, M. (2013b). *Imobilismo em movimento: da redemocratização ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das letras.
- Oliveira, A. N. C. (2020). Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana. *Opinião pública*, Campinas, 26(1), 158-192.
- Otero, M. R. (2003). A atuação do analista do comportamento com as questões sociais: Uma reflexão a partir das mudanças nos temas investigados em publicações entre 1968 e 2002. In: Brandão, M. Z. S. et al. (Org.), *Sobre comportamento e cognição: a história e os avanços, a seleção por conseqüências em ação*, vol. 11. ESETec Editores Associados (pp. 311-325).
- Peres, P. (2014). *Crônica de uma decepção anunciada*. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias-em-geral/2014/09/cronica-de-uma-decepcao-anunciada/>
- Perez, O. C. (2019). Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, 25(3), 577-596.
- Polese, P. (2017). As lutas autônomas frente ao modelo democrático-popular de contrarrevolução permanente. *Serviço Social & Sociedade*, 128, 123-142. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.097>.
- Reis, E. P. (2015). Sociologia política e processos macro-históricos. *Sociologias*, Porto Alegre, 17(38), p. 18-43. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003802>.
- Rolnik, R. (2013). As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: Maricato, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- Sá, C. P. (1986). Contracontrole social: uma extensão do behaviorismo radical à educação política popular. *Fórum Educacional*, 10(2), 43-73.

- Sales, A. L. L. F.; Fontes, F. F. & Yasui, S. (2018). Para (re)colocar um problema - a militância em questão. *Revista Temas em Psicologia*, 26(2), p. 565-577. <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-02Pt>.
- Seidl, E. (2014). Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. *Política & Sociedade*, 13(28), 63-78.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, M. (2004). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Sampaio, A. A. S., Andery, M. A. P. A. (2010). Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma análise comportamental de fenômenos sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 183-192.
- Scherer-Warren, I. (2014a). Dos movimentos sociais às manifestações de rua: O ativismo brasileiro no século XXI. *Política & Sociedade*, 13(28), 13-34.
- Scherer-Warren, I. (2014b). Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, 27(71), 417-429.
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 97, 23-40.
- Singer, A. (2018). *O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Souza, D. G. (2000). O conceito de contingencia: um enfoque histórico. *Temas em Psicologia*, 8(2), 125-136.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Vintage Books.
- Skinner, B. F. (1978). Human behavior and democracy In B. F. Skinner, *Reflections On Behaviorism and Society* (pp.3-15). Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall Inc. 70.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504. doi: 10.1126/science.7244649.
- Skinner, B. F. (1987a). What is wrong with daily life in the western world? American. In B. F. Skinner, *Upon Further Reflections* (pp. 15-31). New Jersey, N.J.: Prentice Hall Inc.
- Skinner, B. F. (1987b). Why we are not acting to save the world. In B. F. Skinner, *Upon Further Reflections* (pp. 1-14). New Jersey, N.J.: Prentice Hall Inc.

- Skinner, B. F. (2005). *Science and human behavior*. B. F. Skinner foundation. (Trabalho original publicado em 1953).
- Szwako, J., Dowbor, M. & Araujo, R. (2020). A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências e inovações. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, 92, 1-22.
- Tatagiba, L. (2014). 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, 13(28), 35-62.
- Tatagiba, L. & Galvão, A. (2019). Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, 25(1), 63-96.
- Vianna, A. M. (2013). As multidões de junho de 2013 no Brasil - o desafio de explicar e compreender. *Revista Espaço Acadêmico*, 146, 36-48.



## Apêndice A

Exemplo do registro do material da Sociologia Política.

Referência: Tatagiba, L. (2014). 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia do Brasil		
Revista Política e sociedade / Área do conhecimento da autora: Doutora em Ciência Política		
Categoria	Trecho	Comentário
a)	Em junho de 2013, protestos contra o aumento da tarifa do transporte público, que até então estavam restritos a algumas capitais, foram nacionalizados a partir da forte repressão policial contra os manifestantes na cidade de São Paulo. Os protestos provocaram redução das tarifas em várias cidades e continuaram nos meses seguintes, com protestos pontuais e pautas variadas (p. 36)	Caracteriza junho como “protesto contra o aumento da tarifa” e explica o espraiamento da prática pelo país como consequência da ação policial repressiva.
a)	Um ponto comum nas análises sobre os protestos de junho é o reconhecimento da diversidade das reivindicações, com suas múltiplas bandeiras e palavras de ordem (p. 39)	Heterogeneidade como ponto comum nas análises.
b)	<p>A principal bandeira do MPL, como o nome diz, é a tarifa zero no transporte público, primeiro reivindicada para os estudantes e, depois, ampliada como uma demanda universal (MPL, 2013). É em referência a esse horizonte mais amplo que se dá a luta do movimento contra os aumentos das tarifas do transporte público, em várias cidades brasileiras (p. 39).</p> <p>Embora tivesse no horizonte essa agenda mais ampla, o MPL convocou os protestos a partir de um foco preciso e bem definido: a revogação do aumento da passagem de ônibus que passou de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Portanto, desde o começo, foi sim uma luta por 0,20 centavos. Mas o MPL não guiou os rumos dos protestos, tampouco desejou ou conseguiu controlar as pautas que os manifestantes levaram para as ruas. À medida que se dava a mudança de escala do confronto, novos atores incorporavam-se às manifestações ampliando e diversificando os cenários institucionais implicados no confronto. Nesse processo de difusão, reduzia-se o poder de coordenação do MPL (p. 39-40)</p> <p>(...)</p> <p>Nas Jornadas de Junho, a organização que convocou os protestos foi o Movimento pelo Passe Livre, um movimento que atua em diversas capitais desde 2004. Autonomia e horizontalidade são valores que conformam a identidade do movimento (p. 47)</p> <p>(...)</p> <p>Integram ainda a narrativa do movimento, ações localizadas de resistência cotidiana contra a péssima qualidade dos públicos (...) “Revolta” e “indignação” são ideias muito presentes na narrativa do MPL e traz à baila o sentido político das humilhações cotidianas e o seu potencial para ativar a ação coletiva, muitas vezes violenta (...) A proporção que o protesto assumiu jogou luz sobre o MPL e exigiu deste grande capacidade de articulação e coordenação (p. 48)</p>	<b>Frações intragrupos: MPL</b>
a)	a indignação expressa nas ruas teve muitas faces, e pelas peculiaridades da dinâmica do ciclo não houve a conformação	Pauta da tarifa como denominador comum para o início das manifestações.

	<p>de um frame capaz de conferir unidade a essa diversidade para além do estopim: contra o aumento da tarifa do transporte público (p. 40)</p> <p>(...)</p> <p>O desejo por mais participação e respeito aos direitos das minorias (como na pauta em favor da legalização do aborto e dos direitos sexuais) vinha junto com propostas de militarização, redução da maioria penal e contra o avanço dos direitos sociais. À medida que o protesto se nacionalizava, o “desejo por mudança” e “contra tudo o que está aí” metamorfoseava em diferentes e contraditórias bandeiras de luta que acabavam dividindo espaço em um mesmo protesto (p. 41)</p>	<p>Pautas divergentes e até opostas entre si.</p>
c)	<p>Ao entrar na disputa pelo enquadramento do conflito, a mídia hegemônica tratou de pautar nos seus termos guerra das cores: “vândalos” e “baderneiros” (os que trajam preto), “oportunistas” (com suas bandeiras vermelhas) e os brasileiros “ordeiros e pacíficos (com seus trajes verdes e amarelos) (p. 43)</p> <p>(...)</p> <p>Quando os protestos se nacionalizam e houve a diversificação das pautas, a imprensa começou a noticiar agressões entre os militantes por causa do uso das bandeiras partidárias (p. 49)</p>	<p><b>Agência controladora mídia:</b></p> <p>Manifestante vândalo x ordeiro</p> <p>Agressões por divergência político-ideológica</p>
a)	<p>[...] o tema [corrupção] alcançou maior força a partir do momento em que os protestos se massificaram como reação à forte repressão da polícia paulista contra manifestantes, ocorrida em 13/6, evento que marca uma inflexão importante no rumo dos protestos. A partir desse foi ponto, foi comum a associação das mobilizações a uma luta contra a corrupção, naquele momento encarnada nos gastos para a copa do mundo (p.43)</p> <p>(...)</p> <p>o frame do “<b>combate à corrupção</b>” encontra forte <b>ressonância popular</b>, o que o tornou uma bandeira poderosa de mobilização à esquerda e à direita ao longo desses 30 anos (p.44)</p>	<p>Concordância com Vianna (2013) sobre maior adesão após a repressão policial.</p> <p><b>Corrupção:</b></p> <p>Em 1989 foi eleito como o caçador de marajás e dois anos mais tarde viveu a campanha ética na política e sofreu <i>impeachment</i>;</p> <p>Em 2005 o mensalão petista coloca em risco o segundo mandato do Lula; <b>(questão: por que não houve protesto de rua nesse caso?)</b></p> <p>2013 a corrupção volta a ser tema a partir dos superfaturamentos com os megaeventos esportivos e em 2014 com as denúncias da Petrobrás, abalando a gestão Dilma;</p>
a)	<p>O ciclo de protesto de 2013, assim como os seus antecessores, não era monocromático. Mas, dessa vez, causou particular estranheza a força com que emergiu nas ruas o canto dos estádios “eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”, o hino nacional, a profusão de bandeiras verdes e amarelas e referências como “o gigante acordou” e “verás que um filho teu não foge à luta”, associados à rejeição à presença das bandeiras partidárias (vermelhas), em certa fase do conflito (42-43).</p>	<p>Relacionando Diretas Já e o Fora Collor com junho de 2013, a autora aponta que os símbolos nacionais (hino, bandeira e heróis) foram usados nas três manifestações. Tal como houve em junho a disputa pelas cores usadas nas ruas, também ocorreu nos protestos pelo impeachment de Fernando Collor em que se reivindicava o verde-amarelo como nosso, do Brasil, e não do presidente em questão. Diferentemente do que ocorreu em junho de 2013, a cor vermelha (cor da luta) estava presente no Fora Collor, igualmente a cor preta como símbolo do luto.</p> <p><b>Práticas culturais de protesto:</b></p> <p>A recuperação dos símbolos nacionais por parte dos grupos das manifestações é uma prática recorrente, não só o uso das cores verde e amarelo, da bandeira e</p>

		<p>hino nacional, mas o tratamento desses símbolos como representação sagrada da nação em contraposição aos símbolos profanos expressos em enterros simbólicos e caracterizações ridicularizadas de políticos e instituições.</p> <p>As principais diferenças entre os protestos de 2013, 1992 e 1984 é a mudança da centralidade dos partidos nas manifestações e o papel das redes sociais como meio de convocação e mobilização de pessoas. No caso da campanha <i>pró-impeachment</i> de Collor, os partidos de oposição tiveram destacada importância na organização e formalização de uma frente suprapartidária. Ainda que acordos a respeito da participação de candidatos à prefeitura e câmara municipal não ocorressem e bandeiras vermelhas fossem limitadas, a presença dos partidos não esteve imune a reações hostis, que acontecem, sobretudo, com a entrada dos chamados “caras pintadas” nas manifestações.</p> <p>Nos protestos de junho de 2013, Tatagiba (2014) aponta maior e inédita a intensidade nas reações contrárias à presença das legendas partidárias.</p> <p>As críticas à Rede Globo também existiam nas Diretas Já com o mesmo coro “o povo não é bobo, abaixo a rede globo”. Festa e humor também são características que se repetem e o tema da corrupção igualmente.</p>
a)	<p>À esquerda se buscava afirmar a natureza popular dos protestos e a legitimidade da presença dos militantes partidários nas manifestações. O MPL tratou de afirmar sua trajetória de esquerda e a fazer discussão pedagógica sobre a diferença entre ser apartidário a contra os partidos (...) <b>À frase “O gigante acordou”, coletivos de jovens de esquerda atuantes na periferia respondiam: “A periferia nunca dormiu”</b> (p. 50)</p>	<p><b>Frações intragrupos:</b></p> <p>Os partidos de esquerda não encabeçaram os protestos de junho de 2013 e ainda experienciaram intensa rejeição nos protestos com militantes hostilizados, agressão e queima de bandeiras dos coletivos e partidos, tendo como alvo principal militantes petistas.</p>
a)	<p>Nas Jornadas de Junho, não houve comício, carro de som e tampouco artistas para animar a plateia. Não houve liderança partidária e nem apoio dos governadores ou prefeitos (...)</p> <p>Em junho o <i>timing</i> do protesto seguia a decisão do MPL de “asfixiar o poder executivo” com manifestações sucessivas em intervalos curtos (...)</p> <p>Embora a ocupação de vias centrais fosse algo comum, em outras manifestações no Brasil era primeira vez que vias expressas e acessos essenciais a vários pontos da cidade eram bloqueados, horário de pico, aumentando o caos no trânsito paulistano (p. 54)</p>	<p>O <i>timing</i> descrito é relativo ao tempo existente entre as manifestações, a quantidade de pessoas nas ruas e a duração necessária para pressionar a derrubada da tarifa. A ocupação de vias centrais, os intervalos curtos e a sucessividade de manifestações foi estratégia adotada em 2013 com base no que foi aprendido com experiências não hesitas anteriormente.</p>
c)	<p>Os jovens de preto, com suas máscaras, completam o espanto. Pela primeira vez, os brasileiros eram apresentados à tática <i>black blocs</i>, “novidade” dos <b>protestos globais</b> em Seattle. Tudo transmitido em tempo real, na internet, pelas mídias alternativas, como a Mídia Ninja, e depois nos noticiários televisivos que suspenderam sua programação para cobrir o conflito, utilizando metáforas de guerra</p>	<p><b>Frações intragrupos:</b> black blocs</p>

	<p>(...)</p> <p>o uso da violência é um elemento que não fizera presente nos ciclos de protestos anteriores e que também não se notara, com essa extensão, nas ações diretas protagonizadas pelos movimentos do campo popular no período recente</p>	
a)	<p>As características dos protestos de junho permitem supor que entramos em uma <b>nova fase de mudanças</b>, na qual os <b>movimentos sociais tradicionais e os partidos políticos de esquerda disputam e/ou compartilham o protagonismo das lutas sociais</b> com um leque mais diversificado de atores que emergem na cena pública portando um conjunto variado de demandas e projetos políticos (p. 58)</p> <p>(...)</p> <p>O associativismo brasileiro é hoje muito mais diverso e o ator coletivo que saiu às ruas em junho é uma mistura de tudo isso, com uma relação de aproximação e tensão com uma nova direita política. Como os movimentos sociais dos anos 1970 eles querem mudança. Diferentemente desses atores, <b>não parecem dispostos a investir muitas fichas no diálogo institucional</b></p> <p>(...)</p> <p>A atual incapacidade das elites políticas e dos partidos políticos de esquerda de dialogar com esse novo e complexo ator coletivo e buscar encaminhar suas demandas por dentro das instituições sugere que a radicalização, a polarização e o uso da violência como estratégia pode, ter vindo para ficar (p. 59)</p>	<p>Distanciamento da esquerda tradicional: não disposição ao diálogo institucional</p>

## Apêndice B

### Exemplo do registro do material da literatura analítico-comportamental.

<i>Science and human behavior</i> Skinner (1953) Chapter XIX - Social Behavior	
Trechos de tópicos principais	Comentários
<p><b>Comportamento social:</b>            There are, of course, many facts—concerning governments, wars, migrations, economic conditions, cultural practices, and so on—which would never present themselves for study if people did not gather together and behave in groups, but whether the basic data are fundamentally different is still a question (p. 297)</p> <p>But a "social law" must be generated by the behavior of individuals. It is always an individual who behaves, and he behaves with the same body and according to the same processes as in a nonsocial situation [...]            Social behavior arises because one organism is important to another as part of its environment (p. 298)</p>	<p>A definição skinneriana de comportamento social é a relação de duas ou mais pessoas em um ambiente comum e esse tipo de comportamento que não possui uma outra natureza ou requer novos princípios comportamentais para ser estudado que não estejam contemplados no comportamento individual.</p> <p>Ambiente social:            O surgimento do comportamento social se dá "porque um organismo é importante para outro como parte do seu ambiente" (p. 298).</p>
<p><b>Reforço social:</b>            In the field of social behavior special emphasis is laid upon reinforcement with attention, approval, affection, and submission. These important generalized reinforcers are social because the process of generalization usually requires the mediation of another organism (p. 299)</p> <p>Different responses may therefore achieve the same effect, and one response may achieve different effects, depending upon the occasion. As a result, social behavior is <b>more extensive</b> than comparable behavior in a non-social environment. It is also more <b>flexible</b>, in the sense that the organism may shift more readily from one response to another when its behavior is not effective (p. 299)</p> <p>The persistent behavior which we call teasing is generated by a variable-ratio schedule, which arises from the fact that the reinforcer responds only when a request has been repeated until it becomes aversive—when it acquires nuisance value (p. 299-300)</p> <p>We have already noted another peculiarity of social reinforcement: the reinforcing system is seldom independent of the behavior reinforced (p. 300)</p>	<p>A mediação é um aspecto fundamental do comportamento social que implica também na noção de reforço social que se caracteriza por ocorrer a partir da mediação de outro organismo. Esse aspecto acarreta em diferenças nos efeitos produzidos por comportamentos reforçados por um ambiente mecânico em relação aos que são reforçados socialmente, o segundo tem como características maior variação comportamental já que os efeitos das respostas dependem das condições sociais estabelecidas e também apresenta maior flexibilidade para mudanças a medida em que as respostas não são efetivas para a obtenção do reforço. Isso ocorre porque o reforço social nem sempre se apresenta de modo consistente, assim, "respondemos às pessoas com menos confiança do que respondemos ao ambiente inanimado" (Skinner, 1953, p. 299) e de modo contrário, não desconfiamos tão prontamente de esquemas de reforço mecânico.</p> <p>O esquema de razão variável, por exemplo, que descreve as condições sob as quais o comportamento entendido como persistente ocorre - a repetição de um determinado comportamento que só é reforçado após se tornar aversiva essa repetição - no caso de um sistema reforçador social, isso pode se dar de forma lenta já que depende do nível de tolerância ao aversivo por parte de quem reforça.</p> <p>Os protestos, em que pese terem práticas de violência ou não, consistem na organização de grupos com topografias específicas relativas ao que demandam e/ou denunciam, assim, a frequência com que estas práticas ocorrem estabelece a aversividade para agências controladoras ou grupo de interesses opostos que têm responsabilidade direta pelas demandas e/ou denúncias. Isso ocorre por reforço negativo por parte da agência, e em contrapartida reforça positivamente a prática do grupo.</p>

	<p>O que acontece com protestos que não produzem aversividade às agências?<sup>59</sup> Protestos que são mantidos por reforçamento positivo para integrantes e não são aversivos para as agências controladores parecem produzir efeitos que não se aproximam da contenção coercitiva das ações dos grupos, se caracterizam mais a uma reunião ou celebração.</p>
<p><b>Estímulo social:</b> Another person is often an important source of stimulation. Since some properties of such stimuli appear to defy physical description, it has been tempting to assume that a special process of intuition or empathy is involved when we react to them (p. 301)</p> <p>A social stimulus, like any other stimulus, becomes important in controlling behavior because of the contingencies into which it enters (p. 301-302)</p> <p>Social stimuli are important because the social reinforcers with which they are correlated are important. An example of the surprising power of an apparently trivial event is the common experience of "catching someone's eye." Under certain circumstances the change in behavior which follows may be considerable, and this has led to the belief that some nonphysical "understanding" passes from one person to another. But the reinforcing contingencies offer an alternative explanation. <b>Our behavior may be very different in the presence or absence of a particular person.</b> When we simply see such a person in a crowd, our available repertoire immediately changes. If, in addition, we catch his eye, we fall under the control of an even more restrictive stimulus—he is not only present, he is watching us. The same effect might arise without catching his eye if we saw him looking at us in a mirror. When we catch his eye, we also know that he knows that we are looking at him. [...] Social stimuli are important to those to whom social reinforcement is important. The salesman, the courtier, the entertainer, the seducer, the child striving for the favor of his parents, the "climber" advancing from one social level to another, the politically ambitious—all are likely to be affected by subtle properties of human behavior, associated with favor or disapproval, with favor or disapproval, which are overlooked by many people. It is significant that the novelist, as a specialist in the description of human behavior, often disapproval, which are overlooked by many people. It is significant that the novelist, as a specialist in the description of human behavior, often shows an early history in which social reinforcement has been especially importante (p. 303)</p>	<p>A interação entre pessoas é a condição necessária para que o comportamento social seja entendido como tal, igualmente importante são os reforços cedidos nessas interações como “atenção, aprovação, afeição e submissão” (Skinner, 1953, p. 299) – reforços primários - que assumem um valor especialmente importante na manutenção de comportamentos sociais.</p> <p>As contingências de reforço que tornam os estímulos sociais significativos são culturalmente determinadas, o que dificulta sua identificação já que varia a depender das culturas e da história particular dos indivíduos.</p> <p>Os estímulos sociais acabam por controlar o comportamento sutilmente de modo que a presença ou ausência de uma pessoa é suficiente para modificar o comportamento de alguém. Estímulos visuais como uma troca de olhares, como cita Skinner (1953/2005), pode alterar o repertório de um indivíduo a depender da história de reforçamento social. O autor exemplifica: “ao chamar a atenção de alguém, em suma, surge subitamente um estímulo social que é importante por causa dos reforços que dele dependem. A importância variará com a ocasião. Podemos chamar a atenção de alguém num flerte, em circunstâncias divertidas, num momento de culpa comum, e assim por diante, com um grau de controle adequado em cada caso” (p. 303).</p>
<p><b>Grupo:</b> To this principle we must add another of perhaps greater importance. If it is always the individual who behaves, it is nevertheless the group which has the more powerful effect. <b>By joining a group the individual increases his power to achieve reinforcement.</b> The man who pulls on a rope is reinforced by the movement of the rope regardless of the fact that others may need to be pulling at the same time. The man attired in full uniform, parading smartly down the street, is reinforced by the</p>	<p>“Se é sempre o indivíduo que se comporta é, no entanto, o grupo que tem o efeito mais poderoso. Ao se juntar a um grupo, o indivíduo aumenta seu poder para conseguir um reforço”.</p> <p>O efeito de reforço é aumentado na situação de grupo, as consequências são maiores que no comportamento individual.</p>

<sup>59</sup> Mark Fisher parece responder à questão em um tópico do livro “Realismo Capitalista”, partindo da pergunta “e se você convocasse um protesto e todo mundo aparecesse?”.

acclaim of the crowd even though it would not be forthcoming if he were marching alone. The coward in the lynching mob is reinforced when his victim writhes in terror as he shouts at him—regardless of the fact that a hundred others are, and must be, shouting at him also. **The reinforcing consequences generated by the group easily exceed the sums of the consequences which could be achieved by the members acting separately. The total reinforcing effect is enormously increased** (p. 312)

**Emoções sociais:**

Although the interchange between two or more individuals whose behavior is interlocked in a social system must be explained in its entirety, certain variables may remain obscure. For example, we often observe merely that one person is predisposed to act with respect to another in certain ways. The mother caring for her child is a familiar case in point. **The social emotions are by definition observed simply as predispositions to act in ways which may be positively or negatively reinforcing to others.** Such terms as "favor" and "friendship" refer to tendencies to administer positive reinforcement, and love might be analyzed as the mutual tendency of two individuals to reinforce each other, where the reinforcement may or may not be sexual (p. 309-310)

“o grupo pode manipular variáveis especiais para gerar tendências a se comportar” (p. 309)

Palavras de ordem em um protesto como “vem pra rua, vem que a luta cresce” caracterizam um estímulo social que pode produzir emoções, ou seja, pode modificar de forma imediata e temporária (Silveira, Lopes & Pompermaier, 2019) os comportamentos dos participantes do grupo de modo que entoem as palavras, batam palmas, gritem, assoviem.